

INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS POLICIAIS E SEGURANÇA INTERNA



5.º CURSO DE DIREÇÃO E ESTRATÉGIA POLICIAL
TRABALHO INDIVIDUAL FINAL

GESTÃO ESTRATÉGICA DA SEGURANÇA PÚBLICA NO CONTEXTO DO TURISMO
PARA UMA ESPECIALIZAÇÃO NA POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

Estudo empírico

Autor

Sérgio Ferreira Loureiro

Intendente

Orientadora

Virgínia Lúcia Regateiro da Cruz

Superintendente

Lisboa, 12 de fevereiro de 2021



Estabelecimento de Ensino:	Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna
Curso:	5.º Curso de Direção e Estratégia Policial
Título:	Gestão estratégica da segurança pública no contexto do turismo: Para uma especialização na Polícia de Segurança Pública
Autor:	Sérgio Ferreira Loureiro
Orientador:	Virgínia Lúcia Regateiro da Cruz
Local:	Lisboa
Data:	12 de fevereiro de 2021

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho é o culminar de uma formação singular, destinada a capacitar Oficiais de Polícia para o desempenho de funções de comando e direção ao mais distinto nível da instituição. Não podemos, pois, deixar de estar reconhecidos a todos quantos, neste ambiente profissional, contribuíram para a oportunidade de vivenciar esta experiência.

Aos professores, pela excelência das lições, autêntica partilha de saber experiente e vivido, e, bem assim, pelo ambiente de discussão e debate proporcionado, plenamente enriquecedor dos conteúdos programáticos.

À Direção do ISCPSI e à coordenação do CDEP, bem como a todos os profissionais daquele Instituto envolvidos nesta tarefa, pela qualidade e dignidade impressas ao Curso.

À minha orientadora, por me ter dado a honra de aceitar esta árdua incumbência, e pelos sempre oportunos, esclarecidos e sagazes contributos para a organização deste trabalho. Não menos importante, pela inexcedível disponibilidade e genuína paciência para as dúvidas e incertezas de bisonho autor.

Aos camaradas auditores do 5.º Curso de Direção e Estratégia Policial, pela inigualável partilha de experiências e saberes, riquíssimos pelas sua múltiplas facetas, e, acima de tudo, pela sã e jovial camaradagem, que marcam indelevelmente este percurso.

Por último, à mui nobre instituição Polícia de Segurança Pública, e ao nosso Instituto de Ciências Policiais e Segurança Interna, por haverem proporcionado o privilégio e orgulho de integrar esta digníssima família policial.

RESUMO

Numa sociedade globalizada, o turismo assoma como uma das atividades económicas mais dinâmicas, evidenciando uma tendência de crescimento sustentada. Em Portugal, esta realidade repercute-se de forma mais evidente, pelo destaque internacional que o país tem granjeado, impactando inequivocamente na economia nacional.

A segurança, neste contexto, assume-se como um fator crítico de competitividade, pela relevância para as escolhas dos turistas. Incidentes como a criminalidade e o terrorismo, entre outros, têm o potencial de causar danos consideráveis na reputação dos destinos turísticos.

O policiamento orientado para o turismo, enquanto especialização da atividade policial, vem emergindo como um modelo de atuação eficiente, profícuo e catalisador da perceção de segurança dos turistas.

Destacando-se como força de segurança com a competência para o policiamento nas maiores cidades do país, polos turísticos por excelência, a Polícia de Segurança Pública, assume particular importância e responsabilidade para a segurança do setor.

Com este estudo qualitativo, de carácter exploratório, almejámos aquilatar a atual estratégia adotada pela instituição e, conseqüentemente, a pertinência da implementação de um modelo de policiamento orientado para o turismo, assente em equipas especializadas. Os dados recolhidos nas entrevistas aplicadas a dirigentes e comandantes policiais apontam no sentido da necessidade de aprimorar a atual estratégia.

Palavras-chave: modelos de policiamento, polícia, policiamento orientado para o turismo segurança, turismo.

ABSTRACT

In a globalized society, tourism emerges as one of the most dynamic economic activities, displaying a sustained growth trend. In Portugal, this reality is mirrored in a more profound way, by the international prominence that the country has gained, unequivocally impacting the national economy.

Security, in this context, is a critical competitiveness feature, due to the relevance in tourists' travel decisions. Incidents such as crime and terrorism, among others, may potentially cause substantial damage to the tourist destinations reputation.

Tourism-oriented policing, being an specialization of police activity, has emerged as an efficient and fruitful solution, catalyst for tourists' security perception.

Standing out as the police force responsible for policing the country's major cities, tourist hubs par excellence, the Public Security Police shoulders particular importance and responsibility for the safekeeping of the sector.

With this exploratory qualitative study, we sought to assess the current strategy adopted by the institution and, consequently, the relevance of implementing a tourism-oriented policing model, based on specialized units. The data collected by interviews applied to police commanders and senior officers point towards the need to improve the current strategy.

Keywords: police, policing models, security, tourism, tourism-oriented policing.

ÍNDICE

ÍNDICE DE GRÁFICOS	vii
ÍNDICE DE TABELAS	vii
LISTA DE SIGLAS	viii
INTRODUÇÃO.....	9
1. ENQUADRAMENTO TEÓRICO	11
1.1. Turismo e estratégia nacional.....	11
1.2. Segurança como fator crítico.....	13
1.2.1. Criminalidade	15
1.2.2. Terrorismo	16
1.3. Policiamento orientado para o turismo.....	17
1.4. Estratégia atual da PSP para o turismo.....	20
1.5. Formulação do problema.....	24
2. MÉTODO	25
2.1. Participantes e <i>corpus</i>	25
2.2. Instrumentos	26
2.3. Procedimento.....	27
3. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DE RESULTADOS	28
CONCLUSÃO.....	31
REFERÊNCIAS	34
APÊNDICE 1 Autorização para a realização de entrevistas	41
APÊNDICE 2 Modelo de guião de entrevista	43
APÊNDICE 3 Grelha categorial.....	46
APÊNDICE 4 Tabela de análise de conteúdo das entrevistas.....	52
APÊNDICE 5 Dados sobre dormidas registadas em Portugal 2011/2019.....	56

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Turismo - Chegadas internacionais (milhões).	12
Gráfico 2 – Dormidas (milhões) registadas em 2019, por Comandos de Polícia.	21
Gráfico 3 - Turismo(dormidas) registado na área da PSP, por Comandos.....	58
Gráfico 4 - Variação do turismo (dormidas) 2011/2019 - Área da PSP, por Comandos. ...	58

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 – Grelha categorial.....	51
Tabela 2 - Resultados da análise de conteúdo das entrevistas.....	55
Tabela 3 - Dormidas registadas em território nacional 2011/ 2019, por Comandos.....	57

LISTA DE SIGLAS

GCTF - Global Counterterrorism Forum

IEP - Institute for Economics & Peace

INE – Instituto Nacional de Estatística

MIPP – Modelo Integrado de Policiamento de Proximidade

OMT – Organização Mundial do Turismo

ONU – Organização das Nações Unidas

PIB – Produto Interno Bruto

PSP – Polícia de Segurança Pública

INTRODUÇÃO

Impulsionado por uma globalização crescente, o setor do turismo é hoje um dos principais motores da economia mundial, segundo a Organização Mundial do Turismo (OMT) (2020), destacando-se internacionalmente Portugal como um destino turístico de eleição (World Travel Awards, s.d.). O acelerado incremento desta atividade económica e social origina evidentes reflexos, não somente no quotidiano das cidades e da vivência das comunidades, mas outrossim no tecido económico do país, representando uma significativa parcela do Produto Interno Bruto (PIB) (Instituto Nacional de Estatística [INE], 2020a). Essa importância é realçada amiudadamente por responsáveis políticos, que destacam neste âmbito a relação causal entre a perceção de um Portugal seguro e a tendencial competitividade do país no panorama internacional.

A segurança, em sentido lato, tem vindo a adquirir crescente importância no setor, catalisada por acontecimentos mundialmente impactantes (Kóvári & Zimányi, 2011), reconhecendo-se que o sentimento objetivo e subjetivo de insegurança assume especial acuidade nas escolhas dos turistas quanto ao destino de viagem (Holcomb & Pizam, 2006). Neste âmbito, e apenas quanto à vertente *security*, a criminalidade e o terrorismo avocam aqui indisfarçável preponderância, pela circunstância da ocorrência destes incidentes potenciarem perceções de insegurança, com significativas consequências negativas, em particular para os países fortemente dependentes desta atividade (Pizam & Mansfeld, 2006).

As forças policiais, que têm nesta questão decisivas responsabilidades, vêm adotando diferentes estratégias de atuação operacional, visando, em primeira linha, reforçar o sentimento de segurança de turistas, operadores e comunidade, e, conseqüentemente, prevenir e reagir àqueles incidentes, mitigando as suas consequências. Dentre aquelas, destaca-se um modelo de policiamento orientado para o turismo, assente em unidades especializadas (Mawby, Boakye, & Jones, 2015).

A Polícia de Segurança Pública (PSP) é a força de segurança com responsabilidade de policiamento nas maiores cidades do país, ocupando lugar de destaque no panorama da segurança interna e, particularmente, no quadro do turismo, considerando os dados nacionais respeitantes a esta atividade (INE, s.d.), que sugerem uma estreita relação entre os locais onde é mais incisiva e as áreas de competência territorial desta Polícia.

Consideramos, deste modo, de grande atualidade e pertinência analisar e aprofundar os conceitos e contextos referidos, em particular quanto à envolvimento da PSP neste quadro

conceptual. O aprofundamento da ciência policial, relativamente a fenómenos sociais relevantes para a segurança interna, é primordial para aprimorar e modernizar as doutrinas e métodos policiais, que consagrem soluções operacionais adequadas aos problemas identificados.

Nessa senda, consideramos pertinente definir como objetivos específicos para este trabalho:

- . analisar a crescente importância do turismo para Portugal e o posicionamento estratégico do país neste setor de atividade;
- . evidenciar a relevância da segurança neste contexto e examinar as atuais ameaças e riscos, com enfoque no terrorismo e criminalidade;
- . identificar o impacto do turismo na comunidade, do ponto de vista da segurança, e analisar a atual estratégia da PSP para promover a segurança objetiva e subjetiva dos turistas e dos destinos turísticos nas cidades;
- . avaliar a necessidade e a pertinência da revisão e aprofundamento dessa estratégia, criando a especialização do policiamento orientado para o turismo, com consagração orgânica, funcional e na ciência policial.

Considerando a temática selecionada bem como os objetivos propostos, organizamos o presente estudo em três partes distintas, tendentes a destacar sucessivamente o raciocínio desenvolvido. Numa primeira parte, enquadrámos teoricamente a problemática, partindo do panorama geral para o particular, recorrendo a pesquisa bibliográfica e documental. Assim, abordamos inicialmente o fenómeno do turismo e a sua relevância para o país, analisando seguidamente a íntima relação entre aquele e a segurança, nas vertentes que relevam para a presente análise. Focalizamos enfim esta abordagem teórica na resposta das forças policiais aos problemas elencados, com incidência no modelo de policiamento orientado para o turismo. Concluimos com a particularização da atual orgânica da PSP neste âmbito, culminando na identificação do problema que motiva a investigação: avaliar a pertinência da implementação de uma estratégia de policiamento orientado para o turismo, constituindo-se uma especialização na Polícia de Segurança Pública.

Desenvolvemos na segunda parte a metodologia científica aplicada no trabalho de recolha de dados e a execução dos respetivos procedimentos, bem dos instrumentos de análise escolhidos para o seu estudo. Exploram-se as motivações para a escolha da entrevista e da análise de conteúdo como instrumentos adequados à prossecução dos objetivos pretendidos. Na última parte, apresentam-se os resultados apurados, procedendo-se à discussão das conclusões possíveis de extrair e relacionar com o quadro teórico inicial.

Conduzimos assim o estudo num sentido centrípeto, partindo de um quadro teórico genérico e finalizando numa particularização da ação da PSP no contexto nacional.

1. ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1.1. Turismo e estratégia nacional

O turismo é um dos setores económicos que, internacionalmente, tem conhecido taxas de crescimento mais sustentadas, apontando as previsões no sentido do seu incremento (Mawby, 2016). Em 2019, as chegadas internacionais atingiram valores na ordem dos 1,5 mil milhões, representando um crescimento de 4% em relação a 2018, consolidando um crescimento sustentado desde 2010 (OMT, 2020). Esta tendência é evidente nas últimas décadas, impulsionada por diversos fatores (Kóvári & Zimányi, 2011), relacionados essencialmente com motivos económicos e, mais significativamente, beneficiando de longo período de paz mundial.

Particularmente em Portugal, o turismo afirma-se, cada vez mais, como um setor vital no tecido económico e social do país. Com efeito, é a maior atividade exportadora, tendo atingido em 2019 o valor de saldo de receitas de cerca de 18 mil milhões de euros (Banco de Portugal, 2020), representando cerca 20% das exportações totais e equivalendo o consumo do turismo a 15,4% do PIB (INE, 2020a).

O país recebeu nesse ano 24 milhões de turistas estrangeiros (INE, 2020b) e registou 27 milhões de hóspedes (Turismo de Portugal, 2020). Segundo dados do Instituto Nacional de Estatística (INE) (2020b), este movimento representou 79 milhões de dormidas, sendo a Europa o principal mercado gerador. Ainda com referência ao mesmo ano, Portugal registou fluxos de passageiros na ordem do 29 milhões nos aeroportos nacionais e de 1,4 milhões nos portos marítimos (Turismo de Portugal, 2020), nos quais foram registadas chegadas de 862 navios de cruzeiro (INE, 2020b).

Estes dados colocam Portugal em destaque no conjunto europeu, como destino turístico, conjuntamente com países como a Itália, Grécia e Croácia (OMT, 2019). Na avaliação do Fórum Económico Mundial (2019), Portugal ocupou em 2019 o 12.º lugar no índice geral competitividade do turismo, destacando-se que no critério segurança o país ficou posicionado em 9.º lugar a nível mundial. Este foi o 2.º critério, na avaliação do país, que mais contribuiu para o seu valor global, com pontuação superior à média europeia, só atrás da Finlândia, Islândia e Suíça, consolidando a imagem de Portugal como um destino seguro.

O cenário retratado é reforçado com vários prémios internacionais, nomeadamente como o melhor destino turístico do mundo, por 3 anos consecutivos, entre 2017 e 2019, e, mesmo em 2020, o melhor destino da Europa, pelo World Travel Awards (s.d.).

Esta tendência de crescimento exponencial do turismo tem sido evidente e sustentada, suportada numa estratégia de captação de mercados não tradicionais e numa tipologia de turismo sustentável e equilibrado (World Travel & Tourism Council, 2020), adquirindo maior expressão a partir de 2015.

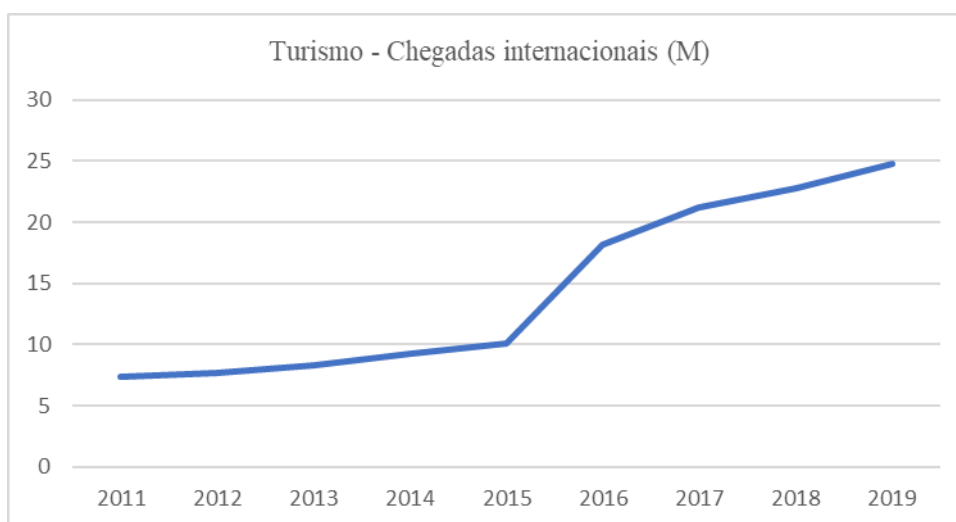


Gráfico 1 - Turismo - Chegadas internacionais (milhões).
Fonte: elaboração própria, com dados da OMT (2021)

A economia nacional está, deste modo, intimamente interligada com os resultados económicos do turismo, ficando fortemente exposta às contingências de eventuais variações, eventualmente de origem externa, como aliás se constata com a atual situação pandémica.

O país tem desenvolvido estratégias para a dinamização do setor, consubstanciadas num conjunto de medidas e de documentos oficiais de referência, dos quais se destacam:

. a Estratégia para o Turismo 2027 (Resolução do Conselho de Ministros n.º 134/2017), na qual se reconhece que este é um setor crucial para o país e são referenciados 10 ativos estratégicos, ainda que, pese embora se reconheça que o país beneficia da reputação de ser um destino privilegiado pela segurança, esta não é identificada em nenhum deles. Com efeito, o Turismo de Portugal, na sua explanação desta estratégia (Turismo de Portugal, 2017), embora evidencie que a segurança é uma potencialidade, ao passo que a tendência do crescimento de fenómenos de insegurança surge como ameaça, não considera esta uma área estratégica de intervenção;

. a Estratégia Portugal 2030 (Resolução do Conselho de Ministros n.º 98/2020), que constitui o principal referencial para o planeamento das políticas públicas para a o desenvolvimento económico e social do país, o turismo assoma como um dos dez eixos de intervenção, com um conjunto de medidas previstas para a potenciação deste setor, contudo, similarmemente, sem qualquer referência à segurança;

. nas Grandes Opções 2021-2023 (Lei n.º 75-C/2020), que definem as opções de política económica e a programação orçamental plurianual, o investimento no turismo constitui aposta estratégica nacional. É aludida a importância em garantir que Portugal continue a ser um dos países mais seguros do mundo, reconhecidamente um fator de competitividade e atratividade internacional;

. o programa do atual governo (Governo de Portugal, s.d.) expressa a importância de apostar no Turismo para o aumento das exportações. Nas 19 medidas ali previstas neste objetivo, nenhuma se relaciona com a segurança. Apenas no objetivo “País mais seguro” é referida a intenção de reforçar o policiamento de proximidade, dirigido às populações mais vulneráveis, e fiscalização e preservação do espaço público, bem como medidas de resposta ao terrorismo.

O reconhecimento do turismo enquanto setor económico crucial para o país, pelas entidades responsáveis, é evidente não apenas nestes documentos, mas também nas diversas intervenções públicas. Não obstante seja também frequente e publicamente expressa por responsáveis políticos a importância para a competitividade neste setor do facto de Portugal ser um destino seguro (LUSA, 2019, 2020; LUSA/TSF, 2020), na verdade, tal não se traduz em medidas preconizadas oficialmente ou de forma estruturada.

Na realidade, Portugal beneficia do facto de ser percecionado como um país seguro, expresso, por exemplo, no Global Peace Index 2020 (Institute for Economics & Peace [IEP], 2020a), que posiciona o país no 3.º lugar mundial, ocupando posições entre o 5º e o 3.º desde 2017 (IEP, s.d.).

1.2. Segurança como fator crítico

A segurança é um fator essencial na vida humana, sendo que a hierarquia de necessidades de Maslow (1943) a categoriza como a segunda mais importante, imediatamente a seguir à satisfação das necessidades básicas. Não surpreende assim que surja no topo das preocupações dos turistas quanto à escolha do destino turístico (Payam, 2016).

Com efeito, segundo vários estudos, paz e segurança são pilares essenciais para este setor (Payam, 2016; Pizam & Mansfeld, 2006), considerando-se hoje que é crítica para um turismo sustentável, concluindo Tarlow (2006, 2019) que, na aferição da competitividade do destino turístico, a segurança deverá ser colocada ao mesmo nível da qualidade do serviço prestado.

Esta preocupação ganhou especial relevância nas 2 últimas décadas, em grande medida devido, entre outros, a eventos terroristas, guerras locais, desastres naturais, epidemias e pandemias (Kóvári & Zimányi, 2011). Ainda de acordo com Tarlow (2006), este facto representa uma mudança de paradigma e contrasta com a postura anterior de operadores e responsáveis, públicos ou privados. Em parte, esta posição partia do princípio de que as referências a insegurança induziam receio nos turistas, alienando-os desses destinos. No entanto, esta postura levou a um menor cuidado com questões básicas de segurança, contribuindo para que os locais turísticos sejam, hoje, considerados *soft targets*. Todavia, a mudança é fortemente impulsionada pelos próprios turistas, que hoje, não só não temem, como exigem segurança, transitando esta de ser considerada um vetor passivo para ser encarada como um vetor ativo, imperativo para a proteção dos turistas e sustentabilidade da indústria (Kóvári & Zimányi, 2011; Mansfeld, 2006).

Vários estudos apontam para a crescente tendência de os turistas procederem a uma avaliação criteriosa quanto à segurança dos locais turísticos (Pizam & Mansfeld, 2006), com influência nas suas escolhas, privilegiando os locais que a valorizem no *marketing* (Águas & Brás, 2007). Destarte o risco esteja sempre presente em bens intangíveis, como é o caso do turismo, atualmente os turistas procuram fontes de informação que lhes permitam aferir previamente o risco (Mansfeld, 2006), sugerindo pesquisas efetuadas que experiências anteriores influenciam escolhas futuras, sendo evidente que, para além de ansiedade e perda financeira, o sentimento de sofrimento e vulnerabilidade pode implicar o não retorno ou a desistência de viagem (Holcomb & Pizam, 2006).

Assim, embora uma minoria dos turistas aprecie o risco, a maioria procura que a indústria faça o seu melhor para os proteger e que esteja preparada para reagir a incidentes de segurança (Tarlow, 2006), sendo mais facilmente desencorajados de escolher destinos percecionados como arriscados (Bianchi, 2006; Mansfeld, 2006; Payam, 2016).

Na maioria dos casos, a segurança é medida tendo por base fatores de risco reais ou potenciais (Águas & Brás, 2007), através da perceção que, sendo uma construção subjetiva, assenta por regra em: factos objetivos; cobertura dos media; informação dos operadores, informação pessoal e níveis de aceitação pessoal do risco; sendo comum que os turistas

percecionem os incidentes de segurança que ocorrem de forma mais negativa do que a realidade (Mansfeld, 2006; Pizam & Mansfeld, 2006). De realçar que, de acordo com Holcomb e Pizam (2006), também a forma como as autoridades locais lidam com o problema pessoal ou com as solicitações de apoio do turista, tem relevância na decisão futura de regressar.

A literatura identifica quatro grandes tipos de incidentes de segurança (vertente *security*) com potencial impacto negativo na percepção dos turistas, de acordo com Pizam e Mansfeld (2006): criminalidade, terrorismo, guerra e desordens civis ou políticas.

Segundo os mesmos autores, conquanto a evidência demonstre que o impacto dos incidentes nem sempre resultam em danos permanentes ou de longa duração no setor turístico, resultados comprovam que aquele está relacionado com a gravidade dos eventos e, principalmente, com a sua frequência, sendo que a ocorrência de múltiplos incidentes num curto lapso de tempo no mesmo destino tem maior influência negativa do que apenas um. Acrescentam ainda que, em termos de escala de impacto negativo, estudos sugerem a seguinte ordem: grande destruição de vidas e propriedade; perda de vida; ofensas à integridade física e, apenas tangencialmente, criminalidade contra a propriedade. Comparativamente, a criminalidade é mais duradoura e mais difícil de erradicar, enquanto o terrorismo é mais esporádico e de curta duração. Pese embora os turistas pareçam preocupar-se, na aferição do risco potencial, mais com crimes e menos com guerras ou terrorismo (Larsen, Brun, & Ørsgaard, 2009), o terrorismo internacional, ocorrendo, é o mais destrutivo tipo de incidente que impacta com efeitos imediatos os destinos turísticos (Pizam & Mansfeld, 2006).

1.2.1. Criminalidade

Os crimes cometidos contra turistas têm significativo impacto financeiro na indústria turística e nas comunidades locais, para além de afetarem a reputação do destino por vários anos (Tarlow, 2000). Não obstante diversos estudos apontarem para a circunstância da pequena criminalidade não ser necessariamente um desincentivo para um turista visitar ou regressar a um destino turístico (Holcomb & Pizam, 2006), a associação de criminalidade recorrente a determinado local poderá ter impacto mais generalizado, sendo mais difícil de contrariar (Pizam & Mansfeld, 2006), especialmente porque a cobertura dos media tende a criar uma imagem mais negativa do que a realidade (Holcomb & Pizam, 2006).

Os locais turísticos são mais expostos ao crime (Pizam & Mansfeld, 2006), apontando-se várias teorias que tentam explicar o fenómeno, sendo de realçar duas predominantes

(Holcomb & Pizam, 2006): a da atividade rotineira e dos *hot spots*. A primeira sugere que os locais turísticos reúnem os três elementos propiciadores do crime: um alvo adequado, um criminoso motivado e a ausência de segurança. A segunda, indicia que os locais turísticos ou de concentração de turistas funcionam como atração para criminosos, estando assim mais expostos ao risco.

Os turistas são alvos mais vulneráveis, potencialmente mais sujeitos à criminalidade do que os residentes locais (Holcomb & Pizam, 2006; Pizam & Mansfeld, 2006), por um conjunto de razões: portam mais valores; ignoram precauções; desconhecem envolvente; não reportam crimes; têm mais dificuldade em reconhecer assaltantes; não regressam para dar continuidade ao processo judicial; são facilmente identificáveis.

Apesar de o crime contra a propriedade ser o mais comum, os crimes violentos têm mais efeitos negativos na perceção de segurança dos turistas (Holcomb & Pizam, 2006).

1.2.2. Terrorismo

A relação entre turismo e terrorismo pode ser estabelecida em três cenários: contra alvos civis, mas que atingem também turistas; visando alvos económicos relacionados com o turismo; e dirigido especificamente contra turistas ou locais turísticos, que se constituem, para este efeito, como *soft targets* (Paraskevas & Arendell, 2007; Pizam & Mansfeld, 2006).

Segundo Kalvach (2016), não existe uma definição oficial para *soft target*, mas o termo é comumente utilizado para identificar locais com baixo nível de segurança e de grande concentração de pessoas, tornando-se assim alvos atrativos para terroristas. Tipicamente, este conceito pode abranger terminais de transportes públicos, eventos culturais ou desportivos, multidões ou locais turísticos (Beňová, Hošková-Mayerová, & Navrátil, 2019; Kalvach, 2016), localizados maioritariamente em zonas urbanas, salienta a Organização das Nações Unidas (ONU) (2019). A execução destes ataques não carece de grande planeamento, suporte ou financiamento (Karlos, Larcher, & Solomos, 2018), caracterizando-se pelo recurso a armas acessíveis, como veículos ou facas (Comissão Europeia, 2017), executados por indivíduos isolados e visando pessoas em espaços públicos (Comissão Europeia, 2020), sendo assim mais provável uma maior cobertura pelos media (Karlos et al., 2018) e potenciando a ocorrência de muitas vítimas, diretas e indiretas (Hesterman, 2015; Tarlow, 2006).

A escolha por este modo de atuação representa uma ameaça com probabilidade crescente, particularmente na Europa, comprovada por incidentes recentes, como realçam diversos autores (Beňová et al., 2019; Cuesta, Abreu, Balboa, & Alvear, 2019; Hesterman,

2015; Kalvach, 2016; Karlos et al., 2018), bem como o Global Terrorism Index 2020 (IEP, 2020b) e diversas organizações internacionais, com particular destaque para a Europol, Comissão Europeia e ONU (Comissão Europeia, 2015, 2017, 2020; Europol, 2016, 2020, Global Counterterrorism Forum [GCTF], 2017; ONU, 2017, 2018a, 2018b, 2019).

Impõe-se assim urgência no incremento da sua proteção, responsabilidade que caberá às entidades públicas, como destacam as organizações internacionais, que instam os Estados à adoção de medidas de segurança especificamente orientadas a esta ameaça, incluindo na vertente do turismo, devendo combinar medidas físicas, o reforço da presença e visibilidade policial e o recurso a meios tecnológicos (Comissão Europeia, 2015, 2017, 2020; ONU, 2006, 2017, 2018a, 2018b, 2019). Na implementação destas medidas, o foco deve estar centrado na vulnerabilidade e não na probabilidade, na preparação ao invés da previsão (GCTF, 2017; Hesterman, 2015).

O recurso a pessoal de segurança devidamente qualificado é uma forma de reduzir a vulnerabilidade com eficácia, por ter efeito dissuasor e contribuir para a deteção de padrões de comportamento suspeitos (GTCF, 2017; Kalvach, 2016; Martin, 2016; Paraskevas & Arendell, 2007; ONU, 2018a). Por outro lado, segundo Kalvach (2016) e Hesterman (2015), a imprevisibilidade e a rapidez de execução dos ataques implicam que os elementos presentes no local são os primeiros operacionais a dar resposta ao incidente, sendo esta reação inicial de vital importância para a mitigação do seu impacto.

Ataques terroristas em destinos turísticos são atrativos porque, além das razões aduzidas, são simbólicos, têm potencial disruptivo da economia e alcançam motivos ideológicos ou religiosos (Cuesta et al., 2019; Paraskevas & Arendell, 2007; Pizam & Mansfeld, 2006; Tarlow, 2006; ONU, 2018a). Na realidade, o impacto de um evento desta natureza num local turístico tem o potencial de impor danos catastróficos no setor (Kılıçlar, Uşaklı, & Tayfun, 2018; Tarlow, 2006), particularmente em países dependentes desta atividade, podendo constituir um evento “cisne negro” (Hesterman, 2015).

1.3. Policiamento orientado para o turismo

Para países onde o turismo é fulcral, é imperativo uma abordagem proativa e estratégica no reforço da segurança percebida pelos turistas, numa perspetiva de preparação e mitigação (Paraskevas & Arendell, 2007), mantendo um delicado equilíbrio entre segurança e conforto, de modo a não criar receio injustificado (Kılıçlar et al., 2018; Mawby, 2016). Contudo, conforme refere Mawby (2016), pese embora tenha sido identificada pela OMT,

já em 1991, a necessidade de adoção de políticas especificamente dirigidas à segurança dos turistas e dos destinos turísticos, na verdade essa tem sido a exceção, não a regra.

A redução da insegurança deverá ser o resultado de um conjunto de fatores e medidas: segurança física; presença de forças de segurança; informação e educação para a segurança; parcerias entre *stakeholders*; o estabelecimento de planos de contingência; a avaliação das ameaças e dos riscos, entre outras (Brás & Rodrigues, 2010; Home Office, 2014; Mansfeld, 2006; Paraskevas & Arendell, 2007; Pizam & Mansfeld, 2006; Tarlow, 2000).

Apesar de muitos operadores e responsáveis expressarem a preocupação quanto ao impacto de demasiada segurança visível, por poder originar receios nos turistas e incrementar os custos, com implicações na competitividade internacional, resultados de estudos apontam no sentido da influência positiva nas taxas de criminalidade da adoção medidas de segurança passiva e de informação ao turista e, especialmente, da implementação de unidades policiais especializadas (Asongu, Uduji, & Okolo-Obasi, 2019; Pizam & Mansfeld, 2006; Wallace, 2020).

Desde a década de 1990, diversas forças policiais começaram a compreender a necessidade de desenvolver estratégias especificamente direcionadas para a segurança do turismo (Tarlow, 2000), tendo vários autores identificado as 2 maiores tendências: através de operações especificamente dirigidas ao turismo, recorrendo a equipas policiais genéricas e reforçando a presença em hot spots; ou a implementação de unidades especializadas em policiamento ao turismo (Mawby, 2016; Mawby et al., 2015; Payam, 2016).

A especialização de equipas, seja em função de tipologias criminais, vítimas, agressores, ou outros, é hoje uma tendência crescente nas forças policiais. O turismo e os turistas são, indubitavelmente, particularmente vulneráveis (Mawby et al., 2015), pelo que a diferenciação nas qualificações dos profissionais poderá ter as potencialidades já reconhecidas noutras áreas de especialização. Com efeito, “quando os países têm prestado apoio especializado às vítimas turísticas, existem evidências de que estes serviços são valorizados por aquelas, e podem, de facto, contrariar o impacto negativo que um crime tem nos turistas” (Mawby, 2016, p. 202). Tal efeito é catalisado, em larga medida, porque no turismo a interação pessoal, personalizada e qualificada, releva exponencialmente para o sentimento de segurança (Payam, 2016; Tarlow, 2006), por providenciar apoio e aconselhamento, para além de proteção e resposta a crimes, reduzindo deste modo a vitimação (Wallace, 2020).

Segundo Wallace (2020), a utilização de polícias generalistas revela-se menos profícuo, porquanto não estão tão sensibilizados para as problemáticas específicas dos turistas, o que

pode reforçar o sentimento de insegurança, por percepção de que o seu problema não foi adequadamente resolvido. Por outro lado, não se garante consistência na resposta e até na eventual resolução de especificidades associadas a esta área, como por exemplo, fraudes a seguros ou modus operandi de certas tipologias criminais, para as quais, de acordo com Tarlow (2000), os polícias especializados estão mais consciencializados e qualificados.

Com efeito, segundo Pizam e Mansfeld (2006), polícias especializados no turismo são mais eficazes a reduzir a criminalidade associada porque têm formação adequada à missão, estão disponíveis e capacitados para apoiar os turistas, reforçam a visibilidade policial preventiva nos locais turísticos e facilitam a articulação com a indústria e a comunidade para resolver os problemas locais de segurança. Conclui-se que nesta área é fundamental a sensibilidade para a missão e a preparação ou qualidade da formação (Payam, 2016; Tarlow, 2006).

Mawby et al. (2015) concluem que nos destinos onde o turismo tem impacto permanente e significativo, é aconselhável a criação de unidades especializadas, especialmente se o turismo for, local ou regionalmente, uma atividade vital; se o impacto da criminalidade for reconhecido e se tiver aplicabilidade prática.

Diversos países, de distintas regiões do mundo, adotaram já unidades policiais especializadas em turismo (Wallace, 2020), sendo comum a utilização do acrónimo TOP: policiamento orientado para o turismo (Mawby et al., 2015; Payam, 2016).

Segundo a definição de Hunter (citado em Wallace, 2020), policiamento orientado para o turismo é:

uma filosofia de policiamento baseada no conceito de que agentes policiais especialmente treinados, trabalhando estreitamente com líderes empresariais, autoridades aeroportuárias, empresas de apoio ao turismo e cidadãos privados podem ajudar a prevenir ou reduzir tremendamente os problemas turísticos relacionados com a criminalidade, o medo do crime, e a decadência dos bairros através dos quais os turistas viajam frequentemente. (p. 160)

Estas unidades especializadas prestam assim um serviço direcionado, destacando-se as seguintes competências (Payam, 2016): zelar pela segurança e prestar assistência e informação ao turista; reforçar a prevenção e facilitar a repressão criminais e a subsequente ação judicial; e apoiar e sensibilizar os operadores, turistas e comunidade na adoção de medidas de segurança.

A especialização neste campo, pela sua complexidade, assenta numa formação específica (Tarlow, 2000), que abrange áreas relacionadas com o fenómeno do turismo; a prestação de serviço e apoio específico a turistas; criminalidade e prevenção criminal; terrorismo; línguas e competências comunicacionais; relações interculturais; segurança em transportes; e controlo de multidões.

De acordo com Payam (2016), é também importante que estas unidades recrutem ambos os géneros e tenham uniforme distinto, reforçando Chandran (2019) que uma identificação específica reforça a confiança dos turistas, facilitando a aproximação e comunicação, sugerindo também a existência, difundida aos turistas, de um número de telefone específico, para apoio e atendimento personalizado em matéria de segurança.

Segundo Mawby et al. (2015), a implementação de policiamento orientado para o turismo é uma abordagem proativa, embora não seja frequentemente por iniciativa das próprias polícias. Todavia não pode ser uma medida desenquadrada, devendo envolver outras entidades, num modelo do tipo policiamento comunitário (Hesterman, 2015; Mawby, 2016; Payam, 2016). Com efeito, e segundo (Khalilzadeh, 2021) o policiamento comunitário, de certo modo, estará na génese desta especialização, por assentar em princípios comuns.

A segurança do turismo, enquanto fator diferenciador em termos de competitividade dos destinos turísticos, parece sair assim beneficiada pela adoção de um modelo de policiamento especificamente orientado para fazer face aos particulares problemas deste setor.

1.4. Estratégia atual da PSP para o turismo

Após esta contextualização genérica, importa agora colocar o enfoque na realidade nacional, em especial no atinente ao posicionamento da Polícia de Segurança Pública quanto às premissas identificadas.

De acordo com dados do INE (s.d.), e com referência às dormidas registadas em Portugal em 2019, cerca de 70% destas reportam-se a concelhos na área de responsabilidade da PSP, num total de 49 milhões. Em relação a 2011, ano em que os valores rondaram os 26 milhões, ressalta um incremento acentuado de cerca de 88%, superior ao crescimento nacional (78%), indiciando que a variação do turismo terá sido mais acentuada na área da PSP.

segurança de pessoas e bens; prevenir a criminalidade; participar no controlo de entrada e saída de pessoas do território nacional; manter a vigilância e proteção de pontos sensíveis e locais críticos; garantir a segurança de eventos e contribuir para a informação em matéria de segurança dos cidadãos.

A sua organização compreende Comandos de Polícia, com competência territorial, que integram subunidades operacionais. De acordo com a Portaria n.º 434/2008, os Comandos Metropolitanos de Lisboa e Porto contam na sua estrutura orgânica com Esquadras de Turismo, cuja organização e missões se encontram definidas no Despacho 20/GDN/2009. Prevê este normativo interno que estas subunidades dispõem de Equipas de Turismo, de carácter operacional, competindo-lhes, entre outras missões: receber e registar as queixas e denúncias apresentadas por turistas, bem como prestar-lhes informação e apoio; efetuar patrulhamento e vigilância preventiva em zonas turísticas e manter a fluidez de trânsito de pessoas e viaturas; e manter contactos com entidades na área do turismo.

Em Lisboa, por força de necessidades de ajustamento operacional, estão de facto implementadas 2 Esquadras de Turismo, em Lisboa e Cascais, contando com um efetivo de 44 polícias, que têm como missão o atendimento diferenciado de turistas, o policiamento direcionado e resposta a ocorrências. Existem normativos internos e os profissionais são selecionados mediante regras casuísticas, recebendo formação específica. Esta incide sobre turismo, línguas, Modelo Integrado de Policiamento de Proximidade (MIPP) e atendimento especializado. Dispõem de viaturas padronizadas, estando também uma das instalações claramente identificada. No uniforme apõem simbologia relativa às competências linguísticas individuais. Um protocolo firmado com o Observatório de Turismo de Lisboa prevê a realização de estudos relativos ao sentimento de segurança dos turistas.

No Porto, a única Esquadra, com instalações próprias e distintamente identificada, tem 12 polícias, que fazem apenas atendimento ao público, em horário de expediente, por força das limitações de recursos. O Comando tem normativos internos quanto ao seu funcionamento, previstos no respetivo manual de procedimentos, centrados no atendimento. O policiamento nas zonas turísticas é efetuado pelas equipas genéricas, por redireccionamento operacional. Não existe perfil de seleção definido nem formação específica destinada a estes profissionais. No que concerne a parcerias, é referenciado um protocolo com a Câmara Municipal do Porto.

Apesar de não haver Esquadra de Turismo no Comando de Faro, foi ali desenvolvido um projeto, “Algarve Destino Seguro”, envolvendo diversas entidades, destinado a reforçar o sentimento de segurança dos turistas. Cerca de 20 polícias distribuídos por todas as

subunidades operacionais têm como missão primordial efetuar o acompanhamento das ocorrências que vitimam turistas, realizando contactos frequentes com aqueles. As funções são desempenhadas em acumulação com outras, enquadradas no MIPP, não havendo perfil específico definido nem formação contínua, pese embora tenha havido formação de línguas e de atendimento especializado a turistas. O policiamento de zonas turísticas é desenvolvido pelas equipas genéricas, por redireccionamento das missões de rotina. O Comando tem as normas internas plasmadas no manual de procedimentos.

O Modelo Integrado de Policiamento de Proximidade encontra-se formalmente estruturado na PSP desde 2006 (Diretiva Estratégica 10/2006), integrando um conjunto de valências técnicas e operacionais relacionadas com uma filosofia de empenhamento focada precisamente na proximidade dos polícias à comunidade, envolvendo-se mais intensamente na resolução de problemas locais, com a promoção de contactos estreitos com parceiros. A visibilidade em locais críticos e o conhecimento aprofundado das realidades locais constitui um dos principais vetores, a par com a qualificação técnica dos polícias para áreas muito específicas de atuação, como o apoio a vítimas vulneráveis, não formulando, contudo, nenhuma vertente orientada para o turismo. Porém, por alguma proximidade funcional e técnica, os polícias integrados no MIPP são frequentemente empenhados nessa vertente, sem enquadramento específico.

Nos mesmos termos, a Norma de Execução Permanente, que conceptualiza e operacionaliza o policiamento direcionado para a visibilidade (NEP AUOOS/DO/01/20, 2014) consagra a definição de Zonas de Policiamento de Visibilidade, definidas pelos Comandos de Polícia em função da concentração de pessoas, tráfego, ocorrências criminais, entre outras. As Zonas de Concentração de Pessoas abrangem os locais ou eventos que propiciem essa aglomeração, sendo expressamente consideradas as zonas turísticas, prevendo-se somente o reforço do empenhamento operacional.

Regularmente, outras Diretivas Estratégicas, nomeadamente as referentes ao reforço operacional em épocas específicas, como o Verão, especificam a necessidade de reforço da visibilidade nos locais turísticos, destarte sem qualquer outro desenvolvimento.

O portefólio formativo do Departamento de Formação não contempla qualquer curso específico para esta vertente de atuação.

A Estratégia PSP 20/22 (Polícia de Segurança Pública, 2020) não reflete diretamente esta temática, embora contenha um conjunto de objetivos relacionados, nos seus cinco eixos estratégicos. Estipula a intenção de cultivar uma cultura de excelência e aponta a intenção de reforçar a formação especializada para o atendimento e acompanhamento às vítimas

especialmente vulneráveis. Explora igualmente a necessidade de rever o MIPP, reforçando parcerias, e de melhorar a visibilidade e proximidade policial, com vista a incrementar o sentimento de segurança. Expressa o objetivo de consolidar a proteção dos espaços públicos e dos *soft targets*, a capacidade de reação armada de primeira linha e o apoio a vítimas vulneráveis. Preconiza ainda a intervenção no debate público em matéria de segurança interna. Não expressando assim diretamente uma aposta evidente nesta área, aponta objetivos que, analisados conjugadamente, coincidem com as especificidades e necessidades evidenciadas pela pesquisa anterior.

1.5. Formulação do problema

Revisto o quadro teórico enquadrador, identificamos a atual dinâmica de crescimento do turismo, em particular em Portugal, realçando a importância deste setor económico para o país. Tornou-se também evidente a preponderância da segurança como um fator relevante de competitividade neste domínio, especialmente pela relevância assumida nas escolhas dos turistas. Compreendendo os impactos de fenómenos como a criminalidade e o terrorismo, perscrutamos possíveis soluções, sob o ponto de vista policial, para o reforço do sentimento de segurança, emergindo o modelo de policiamento orientado para o turismo, assente em equipas especializadas. A realidade do turismo nacional atrai para o centro desta discussão a Polícia de Segurança Pública, pelo lugar preponderante que ocupa no panorama da segurança, particularmente neste âmbito. A análise efetuada à atual estruturação orgânica, funcional, doutrinária e formativa, retrata, em primeiro lugar, realidades distintas nos diferentes Comandos, sendo a regra a integração da segurança do turismo no planeamento e execução operacionais genéricos, com a afetação pontual de recursos não especializados; e, em segundo lugar, a inexistência de uma estratégia claramente definida, com dinâmica adequada, para um modelo de policiamento orientado para esta vertente.

Deste panorama nasce o cerne do problema de investigação: é necessária a definição de uma estratégia na Polícia de Segurança Pública destinada à implementação de um modelo de policiamento orientado para o turismo, constituindo-se uma nova especialização operacional?

Esta questão central motiva o trabalho prático desenvolvido seguidamente, que visa coletar dados, com base no conhecimento, na experiência e sensibilidade de responsáveis policiais, que confirmem ou infirmem o quadro teórico criado e respondam à pergunta formulada, deixando pistas para a evolução futura da Polícia de Segurança Pública quanto a esta matéria.

2. MÉTODO

O presente estudo empírico assenta na narração e compreensão de um fenómeno real e contemporâneo, contextualizado sob a perspetiva dos sujeitos da investigação, apoiado assim numa investigação qualitativa, de carácter descritivo (Bogdan & Biklen, 2007; Sarmiento, 2013).

Para contextualizar o trabalho prático, tomou-se como ponto de partida a pesquisa bibliográfica e documental, destinada a rever a profusa literatura pertinente para a análise aprofundada do fenómeno em apreciação (Sarmiento, 2013), nas vertentes identificadas, criando deste modo o quadro teórico mapeador da recolha de dados e definindo objetivamente o problema de investigação.

Aplicaram-se seguidamente os instrumentos de recolha e análise e interpretação de dados, sobre o conjunto de elementos da amostra e do *corpus* resultante.

2.1. Participantes e *corpus*

Os participantes foram escolhidos através de uma amostragem intencional, com base no perfil (Sarmiento, 2013). Atendendo à sua posição privilegiada na estrutura da Polícia de Segurança Pública e, bem assim, à sua experiência profissional, potenciadora dum quadro informativo e prospetivo profícuo, foram selecionados Comandantes Metropolitanos, Regionais e Distritais, bem como o atual Diretor Nacional Adjunto da Unidade Orgânica de Operações e Segurança e o Diretor de Departamento de Operações da Direção Nacional. Objetivamente, estes profissionais estão significativamente imersos na definição e operacionalização das estratégias da instituição e, não menos importante, na cultura institucional delineadora das responsabilidades assumidas pela PSP. Têm uma visão abrangente e diversa sobre esta problemática, fruto das particularidades das funções que exercem.

O *corpus* da presente investigação, considerado na aceção de Bardin (1977) como o conjunto de documentação passível de submissão a análise e que fundamentam os resultados obtidos, é constituído pelas 12 entrevistas realizadas.

2.2. Instrumentos

A escolha dos instrumentos científicos, quer de geração e recolha de dados, quer para o respetivo tratamento e análise, revelam-se de extrema importância, por estarem intimamente relacionados com a validade e fiabilidade do estudo.

Conforme refere Sarmiento (2013), podem ser utilizados diversos tipos de instrumentos científicos para recolha de dados. De entre estes, a entrevista constitui-se como uma forma de explorar ou aprofundar conhecimento sobre um determinado domínio. Na pesquisa qualitativa é frequentemente utilizado este instrumento para recolha de dados descritivos, uma vez que permite uma apreciação mais aprofundada do tema (Bogdan & Biklen, 2007). Com efeito, segundo Quivy e Campenhoudt (2005), sendo a entrevista um processo interativo entre entrevistado e entrevistador, proporciona uma recolha mais imersiva e diversa, em relação ao escopo original do investigador, porque permite interpretações ou variações pelo próprio entrevistado, sem que se perca o contexto do tema em estudo, possibilitando igualmente a eventual dissipação de ambiguidades na comunicação. Alertam, porém, aqueles autores que apresenta, como fragilidades o potencial de gerar conjuntos de dados mais complexos, de mais árdua análise, para além de ser uma técnica superiormente exigente para o entrevistador, que deve preparar-se adequadamente para a condução das entrevistas, evitando o efeito de contaminação das suas próprias convicções no discurso do entrevistado.

Refere Sarmiento (2013) que, dependendo dos objetivos e métodos do estudo, as entrevistas podem ser estruturadas, semiestruturadas ou não estruturadas. Enquanto que as primeiras obedecem a um guião rígido, ao qual os intervenientes obedecem, as últimas são do tipo aberto, permitindo que o entrevistado vagueie sobre um tema de forma mais ampla. Já as semiestruturadas, sendo construídas a partir de um guião previamente preparado, propiciam a condução da entrevista de forma mais flexível, permitindo-se ao entrevistado que mais livremente percorra os assuntos em análise, relacionando-os de acordo com o seu próprio quadro referencial, sem que porém se extraiem os objetivos definidos para a entrevista (Quivy & Campenhoudt, 2005). É assim mais dinâmica e espontânea, sendo então mais apropriada para coletar pontos de vista pessoais e variáveis não antes previstas, especialmente quanto a factos específicos (Bogdan & Biklen, 2007; Quivy & Campenhoudt, 2005). Referem também Quivy e Campenhoudt (2005) que as entrevistas podem ser submetidas à aplicação de instrumentos de análise, como a análise de conteúdo, aumentando o grau de profundidade da informação recolhida.

A análise de conteúdo é um processo de tratamento e análise que configura a aplicação de sucessivos processos técnicos claramente definidos sobre o conjunto de dados, extraído destes indicadores de informação que podem ser categorizados e dissecados (Bardin, 1977; Quivy & Campenhoudt, 2005; Sarmiento, 2013). Krippendorff (2004) define-a como um instrumento científico, envolvendo procedimentos específicos destinados a retirar inferências de textos, sendo que aqueles lhes conferem validade e fiabilidade. Cumprindo critérios de objetividade e sistematização, garante o rigor metodológico da informação extraída (Quivy & Campenhoudt, 2005), nomeadamente quanto à sua homogeneidade, exclusividade, exaustividade, pertinência e fiabilidade (Bardin, 1977).

A análise de conteúdo pode configurar variantes, dentre estas a análise temática, do tipo categorial, segundo a definição de Quivy e Campenhoudt (2005), que clarificam que este método é utilizado para agrupar os excertos dispersos de informação, que representam características comuns, em categorias significativas para o estudo. De acordo com vários autores, (Bardin, 1977; Krippendorff, 2004; Sarmiento, 2013), estas categorias agrupam unidades de registo comuns, que permitem a condensação e representação simplificada dos dados. As unidades de registo delimitam-se por unidades de contexto e são passíveis de enumeração e quantificação.

Para o presente trabalho, elegeram-se, portanto, a condução de entrevistas semiestruturadas com os participantes selecionados, sujeitas posteriormente à análise temática de conteúdo, através da prévia definição de categorias.

2.3. Procedimento

Tendo como ponto de partida o enquadramento teórico efetuado, foi definido o guião das entrevistas, tendo-se solicitado autorização à Direção Nacional da PSP para a sua aplicação².

Os entrevistados foram contactados por email, expondo-se o objeto do estudo e disponibilizando o guião da entrevista³, com um breve contexto teórico para enquadramento do problema em investigação. Foi solicitada a colaboração, explicitando-se os objetivos pretendidos e garantindo-se a reserva e anonimato das respostas.

Considerando a situação pandémica atual, que impõe limitações nos contactos, bem como a exigência das funções desempenhadas pelos entrevistados, particularmente neste

² Apêndice 1

³ Apêndice 2

mesmo contexto, que limitam a sua disponibilidade, as entrevistas foram conduzidas por videoconferência. Procedeu-se à sua gravação, com sua autorização expressa, meramente para efeitos da sua transcrição. Cabe ressaltar que não foi possível entrevistar alguns dos contactados, por razões diversas, tendo também três dos respondentes optado por responder por escrito, prestando-se a prestar esclarecimentos através de contacto pessoal, o que se veio a realizar num dos casos. Obtiveram-se assim 12 entrevistas transcritas, que constituíram deste modo o *corpus* da investigação e sobre o qual se procedeu então à análise de conteúdo.

Foram definidas as categorias e respetivas subcategorias⁴, quando aplicável, seguindo o método fechado (Sarmiento, 2013), ou seja, pré-estabelecido com base no enquadramento teórico, bem como a identificação das unidades de registo, coletadas a partir das unidades de contexto, e quantificadas as respetivas unidades de enumeração⁵. Da condução das entrevistas, e em relação às 78 unidades de registo identificadas, obtiveram-se 267 unidades de enumeração, distribuídas pelas categorias definidas e que permitem a análise dos resultados a seguir explanados.

3. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

Para a generalidade dos entrevistados, é notório o incremento do turismo nas suas áreas de responsabilidade, com maior ou menor grau de intensidade, bem como o impacto no quotidiano cidadão, com particular realce para a criminalidade de oportunidade. Estas perceções, ainda que não suportadas em inteligência policial, estão alinhadas com o envelope teórico, replicando no caso nacional as conclusões dos autores analisados. As concentrações de pessoas e trânsito e as incivildades apontam também para repercussões na ordem pública e para a necessidade de adoção de medidas operacionais para mitigar as suas implicações.

Quanto ao atual modelo de atuação, realça-se a adoção de programas específicos em três locais distintos, com diversos níveis e métodos de empenhamento operacional, envolvendo em qualquer dos casos equipas policiais afetas ao turismo. Contudo, genericamente, a atuação padrão envolve polícias generalistas, sem formação especializada, enquadrada nos dispositivos habituais de reforço de visibilidade. O recurso cumulativo a equipas do MIPP é

⁴ Apêndice 3

⁵ Apêndice 4

também uma opção comum, dadas as características intrínsecas daquele modelo de policiamento e dos profissionais envolvidos. O estabelecimento de parcerias, nomeadamente com Polícias estrangeiras, bem como o desenvolvimento de campanhas de sensibilização direcionadas para a segurança no turismo, são instrumentos já de alguma forma potenciados. Esta opção configura um misto entre as duas principais metodologias referenciadas no enquadramento teórico, pese embora a especialização, nos três casos mencionados, seja incipientemente aprofundada ou explorada. Também relevante é o facto de não ser tema de análise sistematizada no quadro da inteligência policial.

No que concerne especificamente à ameaça do terrorismo, denotar a coincidente adoção de medidas pontuais, em eventos concretos, não concretamente direcionadas para o turismo, fazendo uso das metodologias e procedimentos habitualmente implementados, adaptando-se o dispositivo operacional quando necessário. A ausência de formação específica nesta área é assumida, bem como a consequente necessidade de investimento neste particular. A sensibilidade para os riscos e ameaças identificados é relativamente baixa, não condizente com as conclusões resultantes da revisão bibliográfica.

Genericamente, resulta do estudo que estes responsáveis consideram a atual estratégia insuficiente para a dinâmica atual do turismo, realçando em particular a falta de formação e de especialização. A escassez de recursos ou a dificuldade na sua gestão afigura-se também como um obstáculo relevante, assim como a ausência ou falta de sistematização da doutrina sobre o tema.

Focando no cerne do problema de investigação, a totalidade dos entrevistados consideram pertinente haver uma estratégia nacional direcionada para esta problemática, ressalvando-se que com diferentes graus de convicção. Com efeito, se para maioria esta é uma evidência inequívoca, dois dos entrevistados não a identificaram tão objetivamente, embora assumam que aportaria qualidade. A aposta em equipas especializadas não foi absolutamente consensual, especificamente no que respeita à sua exclusividade. Foi enfatizada a sugestão de uma estratégia de geometria variável, no sentido em que, conquanto assentando em doutrina ou princípios de atuação comuns, fosse adaptável às circunstâncias específicas de cada Comando, permitindo a conjugação entre as necessidades operacionais, determinada pelas características locais do turismo e os recursos disponíveis. Coincidentemente, foi equacionada a possível ou desejável associação ou integração no MIPP, como mais uma valência do programa, ou por acumulação de funções. As assimetrias locais ganham aqui especial relevância na análise, em larga medida condicionadas pelas realidades específicas e limitações de recursos. Verifica-se, não obstante, um alinhamento

com a pesquisa efetuada, designadamente quanto à pertinência de existência de um modelo definido e as coincidências com os modelos de policiamento comunitário ou de proximidade.

Consideram também estes dirigentes que, quanto à focalização da atuação, o cerne deverá estar centrado no apoio ao turista, numa vertente de acolhimento e hospitalidade, e, em menor escala, na prevenção criminal e terrorismo.

A formação específica para esta missão alcança destaque na definição das condições essenciais para a criação de equipas especializadas, de acordo com os entrevistados, quase em paralelo com a definição de perfil dos profissionais a selecionar, reforçando a importância do fator humano e da sua qualificação nesta vertente, em linha assim com o realçado por alguns autores analisados. Similarmente, embora em menor grau, a definição de estrutura e doutrina é considerada como questão a valorizar, tal como a importância da sinalização distinta destas equipas.

Precisamente quanto à formação, evidenciam-se aquelas qualificações mais relevantes para esta atividade, com destaque para as línguas e técnicas de comunicação, em sentido lato. De destacar também a convicção quanto à mais-valia de preparação dos polícias em matérias específicas relativas ao turismo, seja numa visão mais global do fenómeno, seja na vertente do conhecimento da realidade local com vista a informar, ou ainda na sua preparação para a resolução dos problemas típicos dos turistas, de segurança ou outros. Apesar da menor relevância referida anteriormente quanto à ameaça terrorista, é considerada como pertinente por um terço dos entrevistados a formação nesta vertente, especialmente na sensibilização para a ameaça e deteção precoce de sinais de alerta.

A importância da criação de parceiras, bem como da adoção de uma política de comunicação, direcionada para a informação de todos os envolvidos, desde turistas, a operadores, entidades e comunidade local, foram destacadas pelos entrevistados como potencialidades, assim como a necessidade de se sensibilizar as entidades, nacionais e locais, com responsabilidades de governação ou de gestão da atividade, bem como dos operadores, para a importância da segurança neste setor, envolvendo-os num esforço que se pretende conjunto e de corresponsabilização.

Estes resultados apresentam diversas consonâncias com o quadro teórico de referência, importando salientar a perceção generalizada da crescente importância do turismo no quadro nacional e a consciência da relevância da segurança na matéria, bem como a pertinência na adoção de uma estratégia nacional no âmbito da PSP.

CONCLUSÃO

Nesta pausa forçada na crescente dinâmica do turismo, investigamos este fenómeno pela perspectiva que nos é mais relevante e que, no fundo, corporiza o cerne da missão policial: a segurança pública enquanto vetor de tranquilidade e confiança, e, conseqüentemente, de liberdade e cidadania.

Numa evolução linear, sustentada pela pesquisa bibliográfica e documental desenvolvida, criámos inicialmente um panorama genérico sobre o turismo, que nos reporta uma realidade assente em números relevantes para o país, com subida implicância para a sociedade e para a economia nacional. Revisitámos os fatores que mais significativamente influem na perceção dos turistas quanto à segurança dos destinos turísticos, inferindo a importância daquela para a competitividade internacional. Destacámos os incidentes que aportarão maior potencial de impactar o sentimento objetivo e subjetivo de segurança, diferenciando neste âmbito as particularidades da criminalidade e do terrorismo. Abordámos a importância da adoção de estratégias policiais para fazer face às vulnerabilidades e ameaças identificadas, focalizando a análise no modelo de policiamento orientado para o turismo. Enquadrámos a PSP neste contexto, mormente a sua posição cimeira na gestão da segurança do turismo nacional, considerando as circunstâncias em que opera, e analisando a sua atual organização e funcionamento.

Do conjunto sucessivo de realidades e premissas objetivadas, que nos criou o quadro teórico de partida, formulámos o problema de investigação, que nos conduziu no trabalho de recolha de dados, propiciada por entrevistas efetuadas a dirigentes da Polícia de Segurança Pública e respetiva análise de conteúdo. A avaliação dos resultados permitiu identificar um quadro mais dinâmico da realidade da PSP, entrecruzando as experiências e sensibilidades, e bem assim, o conhecimento aprofundado da realidade operacional, com dissemelhanças decorrentes das assimetrias locais.

Do quadro teórico formulado e do resultado do trabalho prático desenvolvido, podemos inferir um conjunto de conclusões tendentes a encontrar uma resposta para o problema elencado:

- . o turismo assume hoje uma importância fulcral para o país;
- . a segurança é um vetor crítico para a competitividade dos destinos turísticos, em particular daqueles fortemente dependentes deste setor de atividade;
- . a criminalidade e o terrorismo, em distinta medida, são ameaças substantivas à perceção de segurança dos turistas;

- . o modelo de policiamento orientado para o turismo, assente em equipas especializadas, apresenta vantagens relevantes na segurança objetiva e subjetiva dos turistas e das comunidades, em comparação com policiamento genérico;
- . a organização da PSP, nesta matéria, está hoje desadequada das atuais exigências;
- e
- . finalmente, quanto ao problema central de investigação:
 - a definição de uma estratégia nacional, apoiada numa especialização de profissionais, é uma necessidade sentida no dispositivo.

O presente estudo permite também elencar alguns indicadores para a eventual organização de um modelo de policiamento orientado para o turismo:

- a. A estratégia deverá estar suportada:
 - . numa doutrina consolidada, com normativos internos de referência;
 - . num enquadramento orgânico e funcional *top-to-bottom*, de geometria variável, adaptável às dinâmicas locais, associado eventualmente ao MIPP;
 - . num quadro formativo de referência;
 - . na especialização de profissionais e equipas, também de geometria variável (exclusivas ou não);
 - . na criação da referência de especialistas policiais em matéria de segurança no turismo;
 - . em parcerias de âmbito internacional, nacional e local;
 - . na sensibilização de autoridades e operadores para a temática da segurança no turismo.
- b. A criação de equipas especializadas aporta qualificação e capacitação, através de:
 - . definição de perfil de seleção dos profissionais;
 - . formação especializada e certificação regular;
 - . identificação distinta, nos uniformes, veículos, instalações e equipamentos;
 - . afetação de recursos logísticos e técnicos adequados à missão.
- c. A definição de funções e de um quadro de atuação operacional e de regras de empenhamento claros, deve apostar:
 - . na visibilidade/proximidade, sem ostensividade;
 - . na capacitação da resposta operacional no trílice vertente: apoio e receção ao turista; prevenção e repressão da criminalidade; e deteção de sinais precoces e capacidade de intervenção inicial, em matéria de terrorismo;

- . na complementaridade das valências operacionais, no quadro de Polícia integral;
- . no estabelecimento de parcerias que envolvam os restantes *stakeholders* na definição e implementação das medidas de segurança.

A adoção proativa de um modelo de policiamento orientado para o turismo, devidamente estruturado e enquadrado por uma estratégia definida com base científica, poderá consolidar a ciência policial quanto a este vetor fundamental da segurança, posicionando a PSP como a entidade policial de referência nesta temática.

A realização deste estudo foi particularmente influenciada pela atual situação pandémica, condicionando especialmente a recolha de dados junto dos responsáveis de estrutura da PSP. O acrescido esforço operacional a que toda a estrutura policial esteve sujeita, autor incluído, bem como a imposição de realização das entrevistas por videoconferência, foram constrangimentos não desprezíveis, ultrapassados em larga medida pela inestimável disponibilidade dos entrevistados. A informação obtida beneficiou claramente da objetividade e pertinência dos seus contributos, sendo suficientemente aprofundada para dela se retirarem as conclusões adequadas aos objetivos pretendidos.

Os indicadores acima elencados constituem, julgamos, um singelo contributo para discussão qualificada deste tema, e justificam, a nosso ver, o seu aprofundamento em estudos futuros, que apórtem à discussão valor acrescentado quanto a vetores essenciais a um eventual modelo de policiamento orientado para o turismo. Concretamente, quanto à densificação de doutrina, conteúdos funcionais e portefólio formativo.

REFERÊNCIAS

- Águas, P., & Brás, M. (2007). Percepção de segurança pública dos turistas estrangeiros no Algarve. *Tourism & Management Studies*, 3, 97-108. Obtido de <https://tmstudies.net/index.php/ectms/article/view/42>
- Asongu, S., Uduji, J., & Okolo-Obasi, E. (2019). Tourism and insecurity in the world. *International Review of Economics*, 66, 453-472. doi:10.1007/s12232-019-00330-z
- Banco de Portugal. (2020). *Boletim estatístico - Fevereiro 2020*. Obtido de <https://www.bportugal.pt/publications/banco-de-portugal/all/123>
- Bardin, L. (1977). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Beňová, P., Hošková-Mayerová, Š., & Navrátil, J. (2019). Terrorist attacks on selected soft targets. *Journal of Security and Sustainability Issues*, 8(3), 453-471. doi:[https://doi.org/10.9770/jssi.2019.8.3\(13\)](https://doi.org/10.9770/jssi.2019.8.3(13))
- Bianchi, R. (2006). Tourism and the globalisation of fear: Analysing the politics of risk and (in)security in global travel. *Tourism and Hospitality Research*, 7(1), 64-74. doi:10.1057/palgrave.thr.6050028
- Bogdan, R., & Biklen, S. (2007). *Qualitative research for education: An introduction to theory and methods* (5.^a ed.). Boston, MA: Pearson Allyn & Bacon.
- Brás, M., & Rodrigues, V. (2010). Turismo e crime: efeitos da criminalidade na procura turística. *Revista Encontros Científicos - Tourism & Management Studies*, 6, 59-68. Obtido de http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1646-24082010000100007
- Chandran, A. (2019). The efficacy of tourism oriented policing and protection services in Puducherry: A mixed method inquiry. *Atna Journal of Tourism Studies*, 14(1), 31-45. doi:<https://doi.org/10.12727/ajts.21.3>
- Comissão Europeia. (2015). *Agenda europeia para a segurança*. Obtido de <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX%3A52015DC0185>
- Comissão Europeia. (2017). *Action plan to support the protection of public spaces*. Obtido de Comissão Europeia: https://ec.europa.eu/home-affairs/sites/homeaffairs/files/what-we-do/policies/european-agenda-security/20171018_action_plan_to_improve_the_protection_of_public_spaces_en.pdf

- Comissão Europeia. (2020). *Estratégia da UE para a União da Segurança*. Obtido de <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?qid=1596452256370&uri=CELEX:52020DC0605>
- Cuesta, A., Abreu, O., Balboa, A., & Alvear, D. (2019). A new approach to protect soft-targets from terrorist attacks. *Safety Science*, 120, 877-885. doi:<https://doi.org/10.1016/j.ssci.2019.08.019>
- Despacho 20/GDN/2009. (2009). *Unidades territoriais da Polícia de Segurança Pública (PSP): Organização e competências*. Direção Nacional da PSP.
- Diretiva Estratégica 10/2006. (2006). *Programa Integrado de Policiamento de Proximidade*. Direção Nacional da PSP.
- EUROPOL. (2016). *Changes in modus operandi of Islamic State terrorist attacks*. Obtido de https://www.Europol.europa.eu/sites/default/files/publications/changes_in_modus_operandi_of_is_in_terrorist_attacks.pdf
- EUROPOL. (2020). *European Union terrorism situation and trend report 2020*. Obtido de EUROPOL: <https://www.Europol.europa.eu/activities-services/main-reports/european-union-terrorism-situation-and-trend-report-te-sat-2020>
- FEM. (2019). *The travel & tourism competitiveness report 2019*. Obtido de World Economic Forum: <https://www.weforum.org/reports/the-travel-tourism-competitiveness-report-2019>
- Global Counterterrorism Forum. (2017). *Antalya Memorandum on the Protection of Soft Targets in a Counterterrorism Context*. Obtido de <https://www.thegctf.org/About-us/GCTF-framework-documents>
- Governo de Portugal. (s.d.). *Programa do XXII Governo constitucional 2019-2023*. Obtido de <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc22/governo/programa-do-governo>
- Hesterman, J. (2015). *Soft target hardening - Protecting people from attack*. Boca Raton, FL: CRC Press.
- Holcomb, J., & Pizam, A. (2006). Do incidents of theft at tourist destinations have a negative effect on tourist's decisions to travel to affected destinations? Em Y. Mansfeld, & A. Pizam (Edits.), *Tourism, security and safety: From theory to practice* (1.^a ed., pp. 105-124). Oxford: Butterworth-Heinemann. Obtido de <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/B9780750678988500114?via%3>

Dihub

- Home Office. (2014). *Protecting crowded places: Design and technical issues*. Obtido de GOV.UK: <https://www.gov.uk/government/publications/protecting-crowded-places-design-and-technical-issues>
- INE. (2020a). *Conta Satélite do Turismo 2016-2019*. Obtido de Instituto Nacional de Estatística: https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaquas&DESTAQUE_Sdest_boui=415630500&DESTAQUESmodo=2
- INE. (2020b). *Estatísticas do turismo 2019*. Obtido de Instituto Nacional de Estatística: https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICAC_OESpub_boui=133574&PUBLICACOESmodo=2
- INE. (s.d.). *Instituto Nacional de Estatística*. Obtido de Instituto Nacional de Estatística: https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&contacto=pi&indOcorrCod=0009183&selTab=tab0
- Institute for Economics & Peace. (2020a). *Global peace index 2020: Measuring peace in a complex world*. Obtido de Vision of Humanity: https://visionofhumanity.org/wp-content/uploads/2020/10/GPI_2020_web.pdf
- Institute for Economics & Peace. (2020b). *Global terrorism index 2020: Measuring the impact of terrorism*. Obtido de Vision of Humanity: <https://www.visionofhumanity.org/resources/>
- Institute for Economics & Peace. (s.d.). *Vision of humanity*. Obtido de <https://www.visionofhumanity.org/maps/#/>
- Kalvach, Z. (2016). *Basics of soft targets protection - Guidelines*. Obtido de Ministerstvo Vnitra Ceske Republiky: <https://www.mvcr.cz/cthh/soubor/basics-of-soft-target-protection-guidelines.aspx>
- Karlos, V., Larcher, M., & Solomos, G. (2018). *Review on soft target/public space protection guidance*. doi:10.2760/553545
- Khalilzadeh, J. (2021). Predictive policing in hospitality and tourism venues: The case of Orlando. *Journal of Destination Marketing & Management*, 19, 1-14. doi:<https://doi.org/10.1016/j.jdmm.2020.100535>
- Kılıçlar, A., Uşaklı, A., & Tayfun, A. (2018). Terrorism prevention in tourism destinations: Security forces vs. civil authority perspectives. *Journal of Destination Marketing & Management*, 8, 232-246. doi:<https://doi.org/10.1016/j.jdmm.2017.04.006>

- Kövári, I., & Zimányi, K. (2011). Safety and security in the age of global tourism. *Applied Studies in Agribusiness and Commerce*, 5(3-4), 59-61. doi:<https://doi.org/10.19041/APSTRACT/2011/3-4/10>
- Krippendorff, K. (2004). *Content analysis: An introduction to its methodology* (2.^a ed.). Newbury Park, CA: Sage.
- Larsen, S., Brun, W., & Ørsgaard, T. (2009). What tourists worry about – Construction of a scale measuring tourist worries. *Tourism Management*, 30(2), 260-265. doi:10.1016/j.tourman.2008.06.004
- Lei n.º 53/2007, de 31 de Agosto. Aprova a orgânica da Polícia de Segurança Pública. *Diário da República*, 1.^a série - N.º 168, 6065-6074.
- Lei n.º 75-C/2020, de 31 de dezembro. Lei das Grandes Opções para 2021-2023. *Diário da República*, 1.^a série, n.º 253, 171-(289)-171(377).
- LUSA. (9 de maio de 2019). Portugal quer afirmar segurança para a promoção do turismo, diz ministro. *Economia ao minuto*. Obtido de <https://www.noticiasao minuto.com/economia/1249442/portugal-quer-afirmar-seguranca-para-a-promocao-do-turismo-diz-ministro>
- LUSA. (16 de junho de 2020). Portugal é seguro para os turistas, diz Costa à CNN. *Público*. Obtido de <https://www.publico.pt/2020/06/16/fugas/noticia/portugal-seguro-turistas-costa-cnn-1920734>
- LUSA/TSF. (17 de junho de 2020). Portugal é um destino seguro." António Costa destaca mensagem da UEFA. *TSF*. Obtido de <https://www.tsf.pt/portugal/politica/portugal-e-um-destino-seguro-antonio-costa-destaca-mensagem-da-uefa-12323644.html>
- Mansfeld, Y. (2006). The role of security information in tourism management: The missing link. Em Y. Mansfeld, & A. Pizam (Edits.), *Tourism, security and safety: From theory to practice* (1.^a ed., pp. 271-290). Oxford: Butterworth-Heinemann. Obtido de <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/B9780750678988500229?via%3Dihub>
- Martin, R. (2016). Soft targets are easy terror targets: increased frequency of attacks, practical preparation, and prevention. *Forensic Research & Criminology International Journal*, 3(2), 273-278. doi:10.15406/frcij.2016.03.00087
- Maslow, A. (1943). A theory of human motivation. *Psychological Review*, 4, 370–396. doi:<https://doi.org/10.1037/h0054346>

- Mawby, R. (2016). Policing policies in cities dependent on tourism: Developing an evidence-based approach. *International Journal of Police Science & Management*, 18(3), 195-205. doi:10.1177/1461355716653276
- Mawby, R., Boakye, K., & Jones, C. (2015). Policing tourism: The emergence of specialist units. *Policing and Society*, 25(4), 378-392. doi:10.1080/10439463.2013.870174
- NEP AUOOS/DO/01/20. (2014). *Conceptualização, enquadramento e operacionalização do policiamento direccionado para a visibilidade*. Direção Nacional da PSP.
- OMT. (2019). *International tourism highlights: 2019 edition*. Obtido de United Nations World Tourism Organization: <https://www.e-unwto.org/doi/pdf/10.18111/9789284421152>
- OMT. (2020). *World tourism barometer n°18 january 2020 - Excerpt*. Obtido de United Nations World Tourism Organization: <https://www.unwto.org/world-tourism-barometer-n18-january-2020>
- OMT. (2021). *UNWTO Global Tourism Dashboard - Country profile - Inbound*. Obtido em 28 de 1 de 2021, de United Nations World Tourism Organization: <https://www.unwto.org/country-profile-inbound-tourism>
- ONU. (2006). *The United Nations Global Counter-Terrorism Strategy*. Obtido de <https://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/Terr%20ARES60288.pdf>
- ONU. (2017). *Physical protection of critical infrastructure against terrorist attacks*. Obtido de <https://www.un.org/sc/ctc/wp-content/uploads/2017/03/CTED-Trends-Report-March-2017-Final.pdf>
- ONU. (2018a). *Addendum to the 2015 Madrid Guiding Principles*. Obtido de https://www.un.org/sc/ctc/wp-content/uploads/2018/12/2018-Addendum-to-the-2015-Madrid-Guiding-Principles_as_adopted.pdf
- ONU. (2018b). *The protection of critical infrastructure against terrorist attacks: Compendium of good practices*. Obtido de https://www.un.org/sc/ctc/wp-content/uploads/2018/06/Compendium-CIP-final-version-120618_new_fonts_18_june_2018_optimized.pdf
- ONU. (2019). *CTED analytical brief: Responding to terrorist threats against soft targets*. Obtido de <https://www.un.org/sc/ctc/wp-content/uploads/2019/09/CTED-Analytical-Note-Soft-Targets.pdf>

- Paraskevas, A., & Arendell, B. (2007). A strategic framework for terrorism prevention and mitigation in tourism destinations. *Tourism Management*, 28(6), 1560-1573. doi:<https://doi.org/10.1016/j.tourman.2007.02.012>
- Payam, M. (2016). Tourists' security: The need for tourism police in Bosnia and Herzegovina. *British Journal of Economics, Management & Trade*, 12(1), 1-9. doi:<https://doi.org/10.9734/BJEMT/2016/23135>
- Pizam, A., & Mansfeld, Y. (2006). Toward a theory of tourism security. Em Y. Mansfeld, & A. Pizam (Edits.), *Tourism, security and safety: From theory to practice* (1.^a ed., pp. 1-28). Oxford: Butterworth-Heinemann. doi:<https://doi.org/10.1016/B978-0-7506-7898-8.50004-7>
- Polícia de Segurança Pública. (2020). *Estratégia PSP 20/22*. Direção Nacional da PSP. Portaria n.º 434/2008, de 18 de junho. Define a estrutura dos comandos territoriais de polícia e aprova as respetivas subunidades. *Diário da República*, 1.^a série - N.º 116, 3488-3491.
- Quivy, R., & Campenhoudt, L. (2005). *Manual de investigação em ciências sociais* (4.^a ed.). Lisboa: Gradiva.
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 134/2017, de 27 de setembro. Estratégia para o Turismo 2027 (ET27). *Diário da República*, 1.^a série - N.º 187, 5522-5532.
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 98/2020, de 13 de novembro. Aprova a Estratégia Portugal 2030. *Diário da República*, 1.^a série - n.º 222, 12-61.
- Sarmento, M. (2013). *Metodologia científica para elaboração, escrita e apresentação de teses*. Lisboa: Universidade Lusíada.
- Tarlow, P. (2000). Letter from America: A short history of tourism oriented policing services. *Crime Prevention and Community Safety: An international Journal*, 2(1), 55-58. doi:[10.1057/palgrave.cpcs.8140046](https://doi.org/10.1057/palgrave.cpcs.8140046)
- Tarlow, P. (2006). A social theory of terrorism and tourism. Em Y. Mansfeld, & A. Pizam (Edits.), *Tourism, security and safety: From theory to practice* (1.^a ed., pp. 33-48). Oxford: Butterworth-Heinemann. doi:<https://doi.org/10.1016/B978-0-7506-7898-8.50006-0>
- Tarlow, P. (2019). Security challenges in tourism oriented economies: Lessons from the Caribbean. *Worldwide Hospitality and Tourism Themes*, 11(6), 731-742. doi:<https://doi.org/10.1108/WHATT-09-2019-0054>

- Turismo de Portugal. (2017). *Estratégia turismo 2027*. Obtido de <https://www.turismodeportugal.pt/SiteCollectionDocuments/estrategia/estrategia-turismo-2027.pdf>
- Turismo de Portugal. (2020). *Turismo em números*. Obtido de <https://travelbi.turismodeportugal.pt/pt-pt/Paginas/turismo-em-numeros-2019.aspx>
- Wallace, W. (2020). Policing Tourism: Findings From an Evaluation of a Tourism-oriented Policing Training Program in the Caribbean. *International Journal for Crime Justice and Social Democracy*, 9(3), 159-173. doi:10.5204/ijcjsd.v9i3.1416
- World Travel & Tourism Council. (2020). *Travel & tourism - Global economic impact & trends 2020*. Obtido de <https://wttc.org/Research/Economic-Impact>
- World Travel Awards. (s.d.). Obtido de World Travel Awards: <https://www.worldtravelawards.com/profile-28112-turismo-de-portugal>

APÊNDICE 1
Autorização para a realização de entrevistas

DN DEPFORM

De: Sérgio Ferreira Loureiro
Enviado: quarta-feira, 16 de dezembro de 2020 11:38
Para: DN DEPFORM
Cc: Virgínia Lúcia Regateiro Da Cruz; Paulo Jorge Da Silva Onofre
Assunto: 5.º CDEP - Solicitação de autorização para a realização de entrevistas
Anexos: SCDEP TIF Guião de entrevista .docx

Exmo. Sr. Diretor do Departamento de Formação
MI Superintendente Paulo Onofre

Autorizado.
17.12.2020
Diretor Nacional Adjunto
Recursos Humanos

Abílio Pinto Vieira

No âmbito do 5.º CDEP, será realizado um trabalho individual final, subordinado ao tema de Gestão estratégica da segurança pública no contexto do turismo - Para uma especialização na PSP, sob orientação da Exma. Sra. Superintendente Virgínia Cruz.

Considerando a pertinência do tema, e o escopo do trabalho, solicita-se superior autorização para a realização de entrevistas a um conjunto de Oficiais com funções relevantes para a matéria em estudo, designadamente aos Exmos. Srs. Diretor Nacional Adjunto UOOS, Diretor do Departamento de Operações e Comandantes Metropolitanos, Regionais e Distritais.

Remete-se anexo o guião da entrevista, com breve enquadramento contextual.

Caso sejam autorizadas, as entrevistas serão realizadas, preferencialmente, através das plataformas eletrónicas, considerando a atual situação pandémica.

Compromete-se o autor a utilizar a informação recolhida apenas no âmbito do presente trabalho.


Com os melhores cumprimentos.

Sérgio Ferreira Loureiro
Intendente | Intendant

2.º Comandante Distrital

T: +351 234 400 290
F: +351 234 400 291

M: +351 924 478 480
E: sfloureiro@psp.pt

 policiasegurancapublica

 **POLÍCIA**
SEGURANÇA PÚBLICA

Comando Distrital de Aveiro
Praça Marquês de Pombal, s/n | 3810-133 Aveiro
PORTUGAL
www.psp.pt



 PT

"Uma Polícia integral, humana, forte, coesa e ao serviço do Cidadão" – Estratégia PSP 20/22

DIRECÇÃO NACIONAL DA P.S.P.	
DEPARTAMENTO DE FORMAÇÃO	
Entrada Nº <u>2973</u>	Processo Nº <u>8402</u>
Data <u>16 / XII / 20 20</u>	

APÊNDICE 2
Modelo de guião de entrevista

GESTÃO ESTRATÉGICA DA SEGURANÇA PÚBLICA NO CONTEXTO DO TURISMO

PARA UMA ESPECIALIZAÇÃO NA POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA

Tema do trabalho individual final do 5.º Curso de Direção e Estratégia Policial

Sérgio Loureiro

Intendente

GUIÃO DE ENTREVISTA

O setor do turismo tem conhecido, recentemente, um exponencial aumento, sendo Portugal um destino sucessivamente destacado no panorama mundial, com o conseqüente aumento de turistas nas principais cidades nacionais. Este setor da atividade económica tem valor estratégico para o país, considerando o peso nas exportações e, conseqüentemente, na balança económica nacional e, assim, no PIB.

Diversos estudos apontam a clara relação entre segurança e turismo, representando um fator sucessivamente mencionado enquanto diferenciador na competitividade nesta área. Portugal explora o facto de ser um país reputadamente seguro, aportando essa qualidade na promoção turística, muito evidenciada pelo poder político.

O sentimento de segurança, neste âmbito, está relacionado não apenas com a criminalidade, mas também com a instabilidade política e com o risco de terrorismo. Neste âmbito, realce-se a crescente preocupação com os designados *soft targets*, isto é, locais ou eventos com baixa proteção e elevado potencial de projeção, na ótica dos objetivos das organizações terroristas. As áreas de maior concentração de turistas e com especial significado nacional ou internacional (monumentos, p.e.) têm aqui particular destaque. A eventual ocorrência de incidentes terroristas ou a degradação do sentimento de segurança poderão ter forte impacto negativo nesta área económica.

Este incremento de turistas nas cidades cria desafios às forças de segurança, em particular à PSP, considerando que tem à sua responsabilidade as maiores cidades do país, destino de uma parte significativa daqueles. A PSP dispõe de estruturas dedicadas (Esquadras de Turismo) e iniciativas desenvolvidas nesta área, eminentemente de carácter local, não existindo, contudo, uma clara estratégia interna dirigida especificamente para esta vertente, transversal a todos os Comandos, que congregue estruturas orgânicas, normativas, doutrina e formação.

O presente estudo, desenvolvido no âmbito do 5.º CDEP, visa aquilatar da necessidade e pertinência de se estabelecer uma efetiva estratégia nacional na PSP, suportada numa eventual criação de especialização de policiamento do turismo e que abranja as variadas vertentes mencionadas, com vista a qualificar equipas e polícias para uma resposta diferenciada e eficaz.

Nesse sentido, considerando as funções que exerce, solicitamos a sua prestimosa colaboração, através da participação numa entrevista que, genericamente, compreende as questões abaixo elencadas. As respostas serão tratadas e analisadas no estudo de modo a garantir, através de codificação, o anonimato e confidencialidade, comprometendo-se o autor a utilizar a informação recolhida apenas no âmbito do presente trabalho.

1. Como percebe a variação do turismo na área de responsabilidade da PSP/Comando? Perceção apoiada em dados objetivos?
2. Qual o impacto do turismo na cidade, do ponto de vista da segurança?
3. Quais as iniciativas desenvolvidas localmente pelo Comando, especificamente dirigidas à segurança dos turistas e dos locais turísticos? (Considerar as dirigidas ao público externo e as relativas à organização interna)
4. Considerando que os locais de maior afluência turística se podem constituir como *soft targets*, têm sido desenvolvidas ações no sentido de reduzir a sua vulnerabilidade, quer seja através de medidas físicas ou de formação específica dos polícias para a perceção precoce de comportamentos suspeitos?
5. Considera que a atual organização, ao nível nacional, se adequa às necessidades? Quais as principais dificuldades? (Considerar estrutura orgânica, normativos, doutrina e formação)
6. Considera necessária a definição, na PSP, de uma estratégia nacional, assente em equipas especializadas em segurança do turismo? Quais os vetores a privilegiar (prevenção criminal, informação e apoio, terrorismo, ...)?
7. Que fatores considera ser essenciais na eventual constituição de equipas especializadas?
8. Que formação considera ser fundamental para os polícias destas equipas?
9. Que outros fatores reputa como relevantes para o reforço da segurança (objetiva e subjetiva) de turistas e locais turísticos?

Muito obrigado pela sua colaboração.

APÊNDICE 3
Grelha categorial

CATEGORIA - Percepção da variação do turismo		
Nesta categoria, subdividida em outras duas, agrupam-se as unidades de registo relativas à percepção que os entrevistados têm da variação do turismo na área de responsabilidade da PSP.		
SUBCATEGORIA - Percepção		
Unidades de registo com informação sobre a percepção da variação do turismo		
1.1	Mais turismo	Referências ao aumento do turismo de forma consolidada
1.2	Semelhante, picos pontuais	Referências a impercetível variação ou à ocorrência de variações pontuais
SUBCATEGORIA – Validação		
Unidades de registo com informação sobre os mecanismos de objetivação e validação dessa percepção, nomeadamente sobre as fontes de informação		
1.3	Não há análise	Referências à inexistência de qualquer análise formal ou sistematizada
1.4	Há dados, de outras entidades	Referências ao recurso a dados provenientes ou consultados noutras entidades
CATEGORIA - Impacto do turismo na segurança		
Categoria que agrega as unidades de registo relacionadas com os impactos do turismo na vivência comunitária, com enfoque nas matérias de segurança		
2.1	Reduzido impacto	Referências a impactos pouco significativos, sem impacto
2.2	Planeamento e policiamento	Referências a necessidades de ajustamentos do planeamento e dispositivo policial
2.3	Criminalidade contra o património	Referências à ocorrência de crimes contra o património
2.4	Crimes contra as pessoas	Referências à ocorrência de crimes contra as pessoas
2.5	Criminalidade organizada	Referências a criminalidade organizada
2.6	Criminalidade	Referências a criminalidade, de modo genérico, sem diferenciação
2.7	Segurança rodoviária	Referências a perturbações na circulação de veículos e peões
2.8	Ajuntamentos de pessoas	Referências a concentração de turistas em locais públicos ou de acesso público
2.9	Incivilidades/ordem pública	Referências a desordens ou outras incivilidades
2.10	Outros - Segurança ambiental, segurança pessoal, serviços e comércio	Referências pontuais a segurança não diretamente <i>security</i>
CATEGORIA - Medidas de segurança direcionadas para o turismo		
Categoria que agrupa as unidades de registo referentes às medidas operacionais, de planeamento ou outras, adotadas pelas unidades policiais para fazer face aos impactos identificados		
SUBCATEGORIA - Genéricas		

Unidades de registo com informação relativa a medidas dirigidas para o policiamento ao turismo, de âmbito genérico		
3.1	Contactos/parcerias com entidades	Referências a estabelecimento de parcerias com outras entidades ou contactos com estas, ainda que sem parceria formal
3.2	Adequação do dispositivo/visibilidade	Referências a ações de adequação do dispositivo operacional e desenvolvimento de ações de visibilidade
3.3	Reforço externo pontual	Referências ao recurso a reforço externo à unidade, por outras unidades
3.4	Nada específico	Referências à inexistência de adoção de medidas específicas direcionadas ao turismo
3.5	Sem formação	Referências à inexistência de formação dos polícias
3.6	Existência de projetos	Referências à existência ou desenvolvimento de projetos nesta área
3.7	Prevenção criminal	Referências à adoção de medidas de prevenção criminal
3.8	Campanhas de sensibilização	Referências à realização de campanhas de sensibilização dirigidas especificamente ao turismo
3.9	Medidas pontuais, eventos	Referências à adoção de medidas meramente pontuais, designadamente para eventos
3.10	Programa específico, equipas turismo	Referências à existência de um programa específico, com equipas de turismo implementadas
3.11	Ações com outras polícias estrangeiras	Referências à execução de ações conjuntas ou parcerias com entidades policiais estrangeiras
3.12	Seminário	Referências à realização de seminários ou outras ações públicas da mesma índole
SUBCATEGORIA - Terrorismo		
Unidades de registo com informação relativa a medidas dirigidas para o policiamento ao turismo, especificamente relacionadas com a ameaça terrorista		
4.1	Nada previsto, nada aplicado sistematicamente	Referências à inexistência de medidas sistematizadas
4.2	Sem formação	Referências à inexistência de formação específica nesta área
4.3	Preparação genérica e pontual do efetivo, para eventos	Referências à adoção de medidas de preparação ou sensibilização dos operacionais para situações pontuais ou eventos
4.4	Adoção de medidas segurança genéricas e pontuais, eventos	Referências à adoção de medidas operacionais pontuais, em eventos ou genericamente na ação diária
4.5	Sensibilização pontual/genérica de outras entidades	Referências ao desenvolvimento de ações de sensibilização pontual junto de outras entidades

4.6	Identificada necessidade de formação	Referências à identificação de necessidades de formação nesta área
4.7	Desnecessidade de adoção permanente	Referências específicas à desnecessidade de adoção de medidas permanentes
4.8	Sensibilidade para a questão	Referências que denotem a ausência de conhecimento ou sensibilidade de responsáveis para esta questão específica
4.9	Implementadas medidas	Referências à adoção de medidas com caráter permanente
4.10	Medidas físicas nas zonas turísticas	Referências específicas à implementação de medidas de segurança física em espaços públicos
CATEGORIA - Estratégia da PSP para o turismo		
Categoria que agrega, em 7 subcategorias, as unidades de registo relativas à análise sobre a atual estratégia da PSP para a área de turismo e possível evolução futura		
SUBCATEGORIA - Estado atual		
Unidades de registo reportando a apreciação pessoal sobre a atual organização		
5.1	Não há organização, não é suficiente	Referências
SUBCATEGORIA - Principais dificuldades		
Unidades de registo com informação relativa às principais dificuldades observadas ou sentidas		
5.2	Não há doutrina	Referências à inexistência de doutrina
5.3	Há doutrina, mas não sistematizada/consolidada	Referências à existência de doutrina não sistematizada ou consolidada
5.4	Falta de especialização	Referências à ausência de especialização
5.5	Falta de formação	Referências à falta de formação dos profissionais
5.6	Gestão dos recursos	Referências às dificuldades de gestão dos recursos disponíveis
5.7	Falta de recursos	Referências à falta ou limitação de recursos
5.8	Sensibilidade de outras entidades	Referências à ausência de sensibilidade de outras entidades para a importância da segurança neste setor
SUBCATEGORIA - Necessidade de implementar estratégia		
Unidades de registo relativas à apreciação pessoal quanto à necessidade de existência de estratégia estruturada		
6.1	Importante, necessária	Referências à necessidade de existência de estratégia definida e implementada
6.2	Geometria variável	Referências à necessidade de estratégia flexível, adequada às circunstâncias locais
6.3	Associado ao MIPP	Referências à possibilidade ou pertinência de associação ou integração no MIPP
6.4	Equipas acumulação MIPP	Referências à possibilidade de acumulação pelas equipas MIPP desta especialização
SUBCATEGORIA - Vetores de atuação		
Unidades de registo com informação relativa aos vetores de atuação a privilegiar na atuação de equipas especializadas, no contexto de um modelo de policiamento orientado para o turismo		

6.5	Todos os vetores	Referências à importância similar de todos os vetores referidos
6.6	Apoio	Referências à relevância da vertente de apoio ao turista
6.7	Criminalidade	Referências à relevância da vertente de prevenção ou combate à criminalidade
6.8	Terrorismo	Referências à relevância da vertente de prevenção ou resposta a atos terroristas
SUBCATEGORIA - Condições essenciais		
Unidades de registo com informação relativa às condições que os entrevistados identificam como essenciais para a implementação da estratégia		
7.1	Doutrina	Referências à necessidade de doutrina
7.2	Formação/certificação	Referências à necessidade de formação e/ou certificação
7.3	Estrutura	Referências à necessidade de definição e implementação de estrutura orgânica
7.4	Efetivo	Referências à necessidade de afetação de recursos humanos
7.5	Meios logísticos	Referências à necessidade de afetação de meios logísticos
7.6	Definição de perfil de seleção	Referências à necessidade de definição de perfil para os profissionais das equipas
7.7	Identificação	Referências à importância da identificação distintas das equipas/profissionais
7.8	Enquadramento	Referências à necessidade de adequado enquadramento hierárquico
7.9	Acompanhamento <i>follow-up</i>	Referências à necessidade de adotar, nos procedimentos, a filosofia de acompanhamento pós-vitimação ou das ocorrências
7.10	Equipas mistas - género	Referências à importância de constituição de equipas com polícias de ambos os géneros
SUBCATEGORIA - Formação		
Unidades de registo com informação relativa à tipologia de formação adequada às equipas especializadas em matéria de turismo		
8.1	Línguas	Referências a competências linguísticas
8.2	Prevenção criminal	Referências a formação sobre prevenção criminal
8.3	Técnicas de comunicação	Referências a técnicas de comunicação com os turistas
8.4	Terrorismo	Referências a formação sobre terrorismo
8.5	Turismo	Referências a formação sobre o turismo, genericamente ou relativamente a especificidades locais
8.6	Proximidade	Referências à formação sobre policiamento de proximidade
8.7	Procedimentos policiais	Referências à formação sobre procedimentos policiais relativos

		especificamente a particularidades do turismo
8.8	Suporte básico de vida	Referências à formação sobre suporte básico de vida
8.9	Formação de formadores	Referências à necessidade formação de formadores
8.10	De acordo com os perfis de competências	Referências genéricas sobre formação adequada ao perfil definido para os profissionais das equipas
8.11	Atendimento e pós-vitimação	Referências a formação sobre atendimento especializado no turismo e acompanhamento pós-vitimação
8.12	Formação sociológica	Referências a formação sociológica
SUBCATEGORIA - Outros vetores relevantes		
Unidades de registo com informação relativa a outros fatores relevantes para a estratégia dirigida à segurança no turismo, não identificadas nas subcategorias anteriores		
9.1	Parcerias	Referências à importância do estabelecimento de parcerias
9.2	Corresponsabilização de outras entidades	Referências à necessidade de envolver outras entidades, enquanto corresponsáveis pela segurança
9.3	Política de comunicação (campanhas, informação)	Referências à importância de adoção de política de comunicação específica para o turismo, para informação ao público
9.4	Sensibilização para a importância da segurança	Referências a necessidade da discussão pública da importância da segurança para o setor

Tabela 1 – Grelha categorial

APÊNDICE 4
Tabela de análise de conteúdo das entrevistas

Categorias	Subcategorias	Unidades de Registo		Unidades de Enumeração	Resultados %	
Perceção da variação do turismo	Perceção	1.1	Mais turismo	11	92%	
		1.2	Semelhante, picos pontuais	1	8%	
	Validação	1.3	Não há análise	4	33%	
		1.4	Há dados, de outras entidades	8	67%	
Impacto do turismo na segurança		2.1	Reduzido impacto	2	17%	
		2.2	Planeamento e policiamento	4	33%	
		2.3	Criminalidade contra o património	7	58%	
		2.4	Crimes contra as pessoas	2	17%	
		2.5	Criminalidade organizada	1	8%	
		2.6	Criminalidade	3	25%	
		2.7	Segurança rodoviária	3	25%	
		2.8	Ajuntamentos de pessoas	5	42%	
		2.9	Incivildades/ordem pública	4	33%	
		2.10	Outros - Segurança ambiental, segurança pessoal, serviços e comércio	3	25%	
Medidas de segurança direcionadas para o turismo	Genéricas	3.1	Contactos/parcerias com entidades	4	33%	
		3.2	Adequação do dispositivo/visibilidade	5	42%	
		3.3	Reforço externo pontual	2	17%	
		3.4	Nada específico	3	25%	
		3.5	Sem formação	3	25%	
		3.6	Existência de projetos	4	33%	
		3.7	Prevenção criminal	1	8%	
		3.8	Campanhas de sensibilização	3	25%	
		3.9	Medidas pontuais, eventos	1	8%	
		3.10	Programa específico, equipas turismo	4	33%	
		3.11	Ações com outras polícias estrangeiras	1	8%	
		3.12	Seminário	1	8%	
	Terrorismo		4.1	Nada previsto, nada aplicado sistematicamente	4	33%
			4.2	Sem formação	3	25%
4.3			Preparação genérica e pontual do efetivo, para eventos	6	50%	
4.4			Adoção de medidas segurança genéricas e pontuais, eventos	9	75%	

		4.5	Sensibilização pontual/genérica de outras entidades	1	8%
		4.6	Identificada necessidade de formação	4	33%
		4.7	Desnecessidade de adoção permanente	2	17%
		4.8	Sensibilidade para a questão	3	25%
		4.9	Implementadas medidas	1	8%
		4.10	Medidas físicas nas zonas turísticas	1	8%
Estratégia da PSP para o turismo	Estado atual	5.1	Não há organização, não é suficiente	10	83%
	Principais dificuldades	5.2	Não há doutrina	1	8%
		5.3	Há doutrina, mas não sistematizada/consolidada	1	8%
		5.4	Falta de especialização	3	25%
		5.5	Falta de formação	3	25%
		5.6	Gestão dos recursos	2	17%
		5.7	Falta de recursos	3	25%
		5.8	Sensibilidade de outras entidades	1	8%
	Necessidade de implementar estratégia	6.1	Importante, necessária	12	100%
		6.2	Geometria variável	7	58%
		6.3	Associado ao MIPP	3	25%
		6.4	Equipas acumulação MIPP	4	33%
	Vetores de atuação	6.5	Todos os vetores	3	25%
		6.6	Apoio	6	50%
		6.7	Criminalidade	3	25%
		6.8	Terrorismo	1	8%
	Condições essenciais	7.1	Doutrina	3	25%
		7.2	Formação/certificação	10	83%
		7.3	Estrutura	1	8%
		7.4	Efetivo	1	8%
		7.5	Meios logísticos	1	8%
		7.6	Definição de perfil de seleção	8	67%
		7.7	Identificação	1	8%
		7.8	Enquadramento	1	8%
		7.9	Acompanhamento <i>follow-up</i>	1	8%
		7.10	Equipas mistas - género	2	17%
	Formação	8.1	Línguas	8	67%
8.2		Prevenção criminal	2	17%	
8.3		Técnicas de comunicação	3	25%	
8.4		Terrorismo	4	33%	
8.5		Turismo	7	58%	
8.6		Proximidade	1	8%	
8.7		Procedimentos policiais	1	8%	
8.8		Suporte básico de vida	1	8%	
8.9		Formação de formadores	1	8%	

		8.10	De acordo com os perfis de competências	2	17%
		8.11	Atendimento e pós-vitimação	1	8%
		8.12	Formação sociológica	1	8%
	Outros vetores relevantes	9.1	Parcerias	7	58%
		9.2	Corresponsabilização de outras entidades	1	8%
		9.3	Política de comunicação (campanhas, informação)	7	58%
		9.4	Sensibilização para a importância da segurança	4	33%

Tabela 2 - Resultados da análise de conteúdo das entrevistas

APÊNDICE 5
Dados sobre dormidas registadas em Portugal
2011/2019

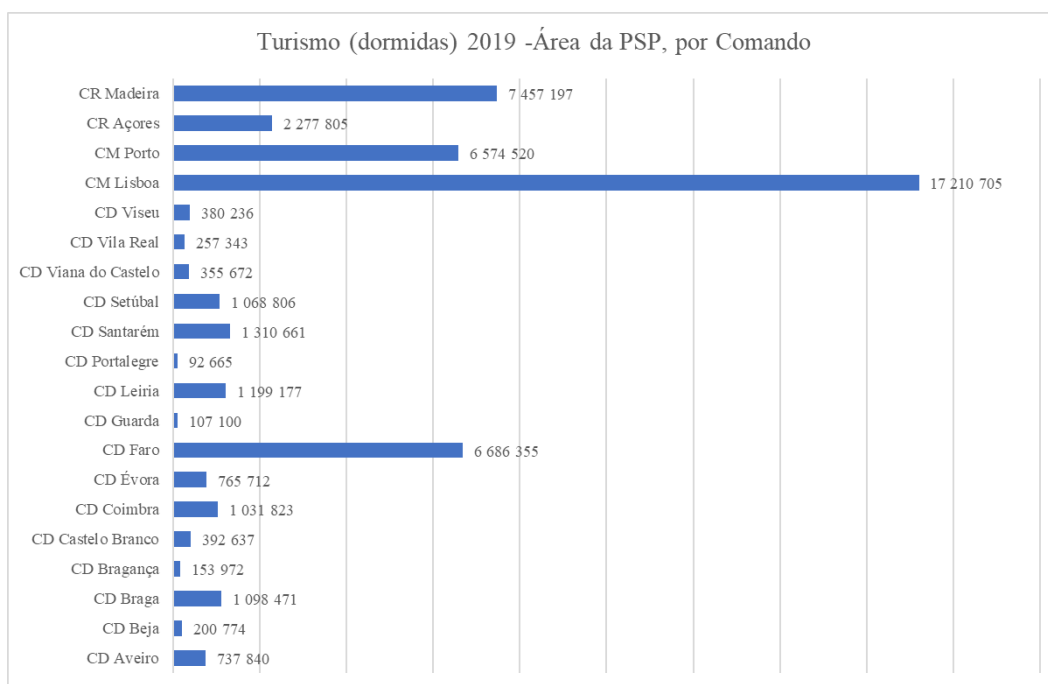
Dormidas registadas em território nacional 2011/ 2019, por Comandos de Polícia

Dados nacionais e desagregados por área de responsabilidade da PSP

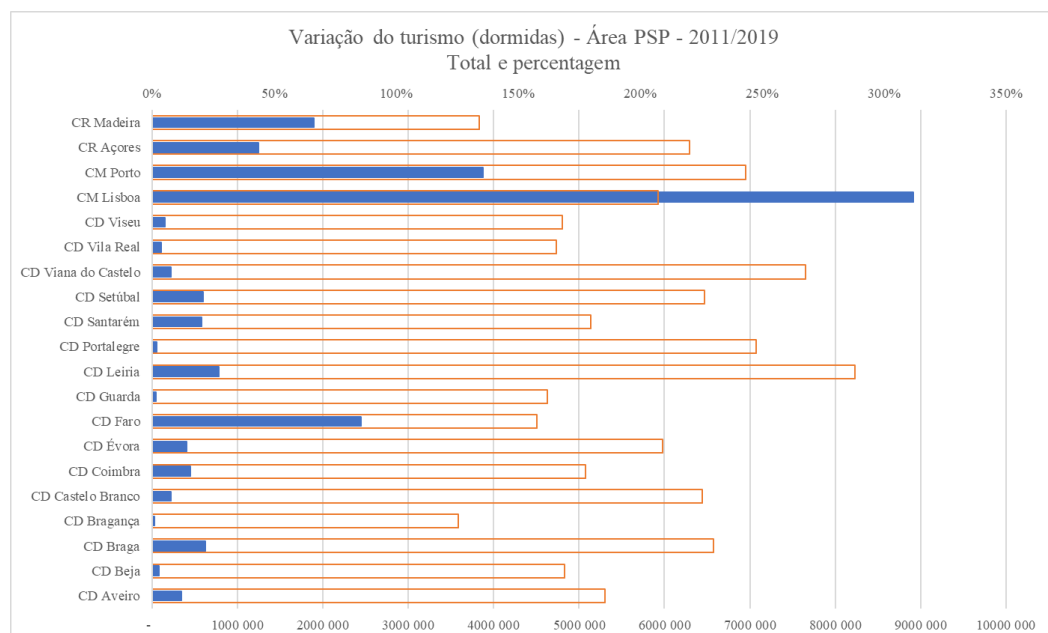
Comando	2019 total	2019- Portugal	2019- estrangeiro	2011 total	2011- Portugal	2011- estrangeiro	Peso - nacional PSP	Peso - total nacional	Varição 2011-2019 - Total	Variãçã o 2011- 2019 -%
CD Aveiro	737 840	323 801	414 039	397 649	212 227	185 422	1,49%	1,05%	340 191	186%
CD Beja	200 774	145 716	55 058	118 856	96 861	21 995	0,41%	0,29%	81 918	169%
CD Braga	1 098 471	558 564	539 907	477 118	300 594	176 524	2,23%	1,57%	621 353	230%
CD Bragança	153 972	118 244	35 728	122 652	106 152	16 500	0,31%	0,22%	31 320	126%
CD Castelo Branco	392 637	313 567	79 070	174 115	158 449	15 666	0,80%	0,56%	218 522	226%
CD Coimbra	1 031 823	451 840	579 983	580 359	318 242	262 117	2,09%	1,47%	451 464	178%
CD Évora	765 712	395 777	369 935	366 063	227 533	138 530	1,55%	1,09%	399 649	209%
CD Faro	6 686 355	1 824 734	4 861 621	4 241 070	1 395 464	2 845 606	13,55%	9,53%	2 445 285	158%
CD Guarda	107 100	84 329	22 771	66 134	54 869	11 265	0,22%	0,15%	40 966	162%
CD Leiria	1 199 177	642 919	556 258	416 118	266 682	149 436	2,43%	1,71%	783 059	288%
CD Portalegre	92 665	64 366	28 299	37 449	27 340	10 109	0,19%	0,13%	55 216	247%
CD Santarém	1 310 661	488 280	822 381	728 793	236 167	492 626	2,66%	1,87%	581 868	180%
CD Setúbal	1 068 806	476 672	592 134	471 769	252 118	219 651	2,17%	1,52%	597 037	227%
CD Viana do Castelo	355 672	166 714	188 958	132 789	81 578	51 211	0,72%	0,51%	222 883	268%
CD Vila Real	257 343	199 023	58 320	155 265	134 758	20 507	0,52%	0,37%	102 078	166%
CD Viseu	380 236	241 075	139 161	226 092	173 040	53 052	0,77%	0,54%	154 144	168%
CM Lisboa	17 210 705	3 340 508	13 870 197	8 298 277	2 218 509	6 079 768	34,87%	24,53%	8 912 428	207%
CM Porto	6 574 520	1 773 613	4 800 907	2 702 992	1 146 051	1 556 941	13,32%	9,37%	3 871 528	243%
CR Açores	2 277 805	997 799	1 280 006	1 033 525	478 685	554 840	4,61%	3,25%	1 244 280	220%
CR Madeira	7 457 197	940 964	6 516 233	5 565 286	728 472	4 836 814	15,11%	10,63%	1 891 911	134%
Total geral - área da PSP	49 359 471	13 548 505	35 810 966	26 312 371	8 613 791	17 698 580	100,00%	70,35%	23 047 100	188%
Total nacional	70 158 964	21 107 132	49 051 832	39 440 315	134 36 555	26 003 760			30 718 649	178%

Tabela 3 - Dormidas registadas em território nacional 2011/ 2019, por Comandos.

Fonte: elaboração própria, de acordo com dados do INE (s.d.)



*Gráfico 3 - Turismo(dormidas) registado na área da PSP, por Comandos
Fonte: elaboração própria, de acordo com dados do INE (s.d.)*



*Gráfico 4 - Variação do turismo (dormidas) 2011/2019 - Área da PSP, por Comandos.
Total e percentual
Fonte: elaboração própria, de acordo com dados do INE (s.d.)*